

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Adriana Queiroz do Amaral Ribeiro

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
PROJETO CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA)**

Taubaté - SP
2016

Adriana Queiroz do Amaral Ribeiro

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
PROJETO CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira.

Taubaté - SP

2016

ADRIANA QUEIROZ DO AMARAL RIBEIRO

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PROJETO
CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida Querido Oliveira Universidade de Taubaté – Orientador

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Marilsa de Sá Rodrigues Universidade de Taubaté – Membro

Assinatura: _____

Prof. Dr. Moacir José dos Santos Universidade de Taubaté – Membro

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Fonseca da Costa Universidade Vale do Paraíba - Membro

Assinatura: _____

Prof^a. Dr. Valter João de Sousa FATEC/ São José dos Campos - Membro

Assinatura: _____

Dedico esse trabalho a todos que contribuíram e me motivaram para a realização de mais este sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar essa experiência única, fazendo do mestrado um instrumento de aprendizagem. Por mais este milagre realizado na minha vida, obrigada Pai.

Ao meu orientador, Professor Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, pelo conhecimento dividido e habilidade com que me orientou neste trabalho.

A todos os professores que atuaram no programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, pelo conhecimento semeado.

À Faculdade Pitágoras de Imperatriz, pela flexibilização para o cumprimento da carga horária de trabalho e pelo apoio durante todo o curso.

Aos meus colegas de trabalho, pelo apoio diante das dificuldades encontradas na realização deste estudo no processo do desenvolvimento intelectual e científico.

Aos agricultores familiares do projeto Cinturão Verde, pela participação voluntária nesta pesquisa.

Por fim, a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização desta investigação, muito obrigada!

“A realização de um sonho depende de dedicação, há muita gente que espera que o sonho se realize por magia, mas toda magia é ilusão, e a ilusão não tira ninguém de onde está. Em verdade a ilusão é combustível dos perdedores, pois.... Quem quer fazer alguma coisa, encontra um MEIO. Quem não quer fazer nada, encontra uma DESCULPA”.

Roberto Shinyashiki

RESUMO

As políticas públicas no Brasil necessitam de transformação e redirecionamento no que tange aos projetos da agricultura familiar. Rever essas políticas poderá ter como consequência um novo modelo de desenvolvimento econômico regional baseado na produção agrícola, que o País necessita urgentemente. A realização desta pesquisa tem como questão norteadora descrever como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui para o desenvolvimento dos agricultores familiares do Projeto Cinturão Verde do município de Imperatriz (MA). A partir dessa realidade, o principal objetivo deste estudo é verificar a melhoria na qualidade de vida desses agricultores participantes da política pública implantada com o Programa de Aquisição de Alimentos. A investigação se fez por meio de coleta de dados em uma abordagem qualitativa com caráter exploratório descritivo. Estabeleceram-se algumas ações específicas, como compreender o acesso dos agricultores ao Projeto Cinturão Verde; a funcionalidade desse Projeto; como se dá o acesso dos agricultores ao Programa de Aquisição de Alimentos e como o PAA contribui para o aumento da produção. Ao mesmo tempo, investiga-se se houve melhoria na qualidade de vida dos participantes do Projeto com o envolvimento no Programa, e se essa participação promoveu aumento de renda para o grupo. Nesta pesquisa optou-se pela entrevista com formulário, da qual participaram dez agricultores familiares e um agrônomo do projeto Cinturão Verde do município de Imperatriz(MA). Os dados coletados na pesquisa de campo foram tratados e analisados pela técnica de análise de conteúdo. O critério de seleção dos participantes deu-se por acessibilidade. Os resultados confirmam que o Programa PAA contribui para o desenvolvimento dos agricultores por aumentar a produção e a renda, e, conseqüentemente, o poder aquisitivo, melhorando a qualidade de vida. Por outro lado, identificou-se uma fragmentação na gestão do Programa com atraso nos pagamentos e ausência de acompanhamento na aplicação dos recursos.

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

EVALUATION OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN THE GREEN BELT PROJECT IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ (MA)

The public politics in Brazil need transformation and redirection in what it refers to the projects of familiar agriculture. To review these politics will be able to have as consequence a new model of based regional economic development in the agricultural production that the Country needs urgently. The accomplishment of this research has as north question to describe as the Program of Acquisition of Alimentos (PAA) contributes for the development of the familiar agriculturists of the Project Cinturão Verde of the city of Imperatriz (MA). From this reality, the main objective of this study is to verify the improvement in the quality of life of these participant agriculturists of the implanted public politics with the Program of Acquisition of Foods. The inquiry is made by means of collection of data in a qualitative boarding with descriptive exploratory character. Some specific actions had been established, as to understand the access of the agriculturists to the Project Cinturão Verde; the functionality of this Project; as if of the access of the agriculturists to the Program of Acquisition of Foods and as the PAA it contributes for the increase of the production. At the same time, it is investigated if it had improvement in the quality of life of the participants of the Project with the involvement in the Program, and if this participation promoted increase of income for the group. In this research it was opted to the interview with form, of which they had participated to ten familiar agriculturists and an agronomist of the project Cinturão Verde of the city of Imperatriz (MA). The data collected in the field research had been dealt with and analyzed for the technique content analysis. The criterion of election of the participants was given for accessibility. The results confirm that Program PAA contributes for the development of the agriculturists for increasing the production and the income, and, consequently, the purchasing power, improving the quality of life. On the other hand, one identified to a spalling in the management of the Program with delay in the payments and absence of accompaniment in the application of the resources.

Keyword: Management. Regional development. Public politics. Program of Acquisition of Foods. Familiar agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do delineamento da pesquisa.....	44
Figura 2 – Mapa do Maranhão, localização Microrregião de Imperatriz	46
Figura 3 – Centro de Difusão Tecnológica (CDT)	60
Figura 4 – Estufas do Projeto Cinturão Verde	61
Figura 5 - Sala de higienização do projeto Cinturão Verde	62
Figura 6 - Área de concessão com etiqueta de identificação	63
Figura 7 - Área da cidade de Imperatriz (MA)	65
Figura 8 – Croqui do Projeto Cinturão Verde	66
Figura 9 – Atraso no pagamento do PAA	69
Figura 10 – Produtos cultivados pelos agricultores do Projeto Cinturão Verde.....	71
Figura 11 – Uma das áreas do projeto Cinturão Verde	73
Figura 12 – Aumento de renda com o PAA	73
Figura 13 - Qualidade de vida dos Agricultores.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados gerais da ação aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.....	24
Quadro 2 - Cronograma de execução: meta, etapa ou fase	27
Quadro 3 – Perfil dos agricultores	55
Quadro 4 – Categorias e subcategorias.....	56
Quadro 5 – Funcionalidade do projeto	58
Quadro 6 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	67
Quadro 7 – Desenvolvimento da produção com o PAA	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas e resultados da ação aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	25
Tabela 2 - Plano de aplicação do recurso do PAA (R\$ 1,00)	28
Tabela 3 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção do município de Imperatriz(MA) – categorias familiar por tipo de renda e patronal.....	31
Tabela 4 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção familiar por tipo de mão de obra utilizada	32
Tabela 5 – Participação no Projeto Cinturão Verde	57

LISTA DE SIGLAS

ACII	Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
AF	Agricultor Familiar
CDT	Centro de Difusão Tecnológica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FACIMP	Faculdade de Imperatriz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MA	Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIS	Ministério da Integração Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAAP	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Produção
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UR	Unidade de Registro

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema.....	16
1.2 Objetivos do Estudo	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Delimitação do Estudo	17
1.4 Relevância do Estudo	17
1.5 Estrutura do Estudo.....	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Políticas Públicas no Brasil	19
2.1.1 Segurança Alimentar	21
2.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	22
2.1.3 Gestão do PAA no Município de Imperatriz.....	27
2.2 Agricultura Familiar Brasileira e a do Município de Imperatriz.....	29
2.2.1 Multifuncionalidade da Agricultura Familiar	32
2.2.2 Contexto dos Aspectos nas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Sustentável.....	35
2.3 Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento pela Agricultura Familiar Sustentável.....	37
2.4 Atores Locais e Desenvolvimento	41
3 MÉTODO DE PESQUISA	44
3.1 Tipo de Pesquisa.....	45
3.2 Cenário do Estudo de Caso	46
3.3 População	48
3.4 Instrumentos.....	49
3.5 Procedimentos para a Coleta de Dados.....	50

3.6 Procedimentos para Análise de Dados	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
4.1 Perfil dos Agricultores	54
4.2 Categoria 1: Acesso dos Agricultores ao Projeto Cinturão Verde	56
4.2.1 Funcionalidade do Projeto.....	58
4.2.2 Funcionalidade do Projeto Quanto ao Apoio ao Agricultor	59
4.3 Categoria 2 - Programa de Aquisição de Alimentos	64
4.3.1 Desenvolvimento da Produção com a Participação no PAA	69
4.3.2 Melhoria da Qualidade de Vida dos Agricultores com o PAA.....	72
4.3.3 Aumento de Renda com O PAA.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	87
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	89
ANEXO C – MODALIDADES DE PARCERIAS ENTRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	91
ANEXO D – DIRETIVAS REALIZADAS PELO PRONAF PARA ENALTECER A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	92
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	93

1 INTRODUÇÃO

O exercício da agricultura familiar compreende a prática de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e preservação dos recursos naturais no meio ambiente. Tem, na esfera da produção agrícola, a forma social mais adequada, pois garante a agricultura sustentável e a segurança alimentar ao mesmo tempo (MENEZES, 1998).

Buainaim e Romeiro (2000) discorrem que a agricultura familiar amplia, em geral, princípios complexos de produção convencionando diversas culturas, entre elas a criação de animais e cultivo de hortifrúti para o consumo da família e comercialização.

A agricultura familiar tem potencial econômico reconhecido em sua forma ambiental e social, por isso vem recebendo nos últimos anos incentivos à produção, mas sua comercialização e inserção no mercado trazem certa preocupação e passa a ter como principal desafio o desenvolvimento equânime se comparado ao agronegócio (RODRIGUES, 2007).

As ações de segurança alimentar podem ser implementadas a partir da agricultura familiar, aumentando a variabilidade e disponibilidade de alimentos à população, favorecendo a comercialização regional e ainda colaborando para uma alimentação mais saudável e de qualidade (MALUF, 2000).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído no ano de 2003 pelo Governo Federal, tendo como objetivo garantir acessibilidade a alimentos de qualidade e quantidade para povos em estado de vulnerabilidade alimentar.

Os alimentos são adquiridos dos agricultores familiares e destinados a entidades da rede socioassistencial, como restaurantes; populares bancos de alimentos e cozinhas comunitárias dentre outros (MÜLLER, FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

O Projeto Cinturão Verde foi criado em 2001 pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) para organizar os agricultores que desde 1983 vinham desenvolvendo o trabalho agrícola nas áreas limítrofes do aeroporto de Imperatriz (ACII, 2011).

Para Fukuyama (2003), os resultados são alcançados pela construção da coletividade e não por um indivíduo. Para o desenvolvimento de uma região é

necessária a análise de uma série de fatores, dentre eles a participação da população, suas condições endógenas, as políticas públicas e a interação das políticas governamentais com a população.

Discutir o desenvolvimento no Brasil, em especial a agricultura familiar, é essencial para que se desenvolva no País uma centralidade nas relações econômicas e sociais (BRASIL, 2011).

Dessa forma, esta pesquisa objetiva verificar se o PAA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores do projeto Cinturão Verde, do município de Imperatriz (MA).

Para alcançar esse desafio foram estabelecidas ações específicas, que consistiram em: (i) caracterizar o Projeto Cinturão Verde; (ii) identificar se o Programa PAA contribuiu para o aumento da produção dos agricultores do Projeto Cinturão Verde; (iii) avaliar se houve melhoria na vida dos agricultores do Projeto com a participação no PAA.

A partir da necessidade da integração do pequeno produtor familiar agrícola com as políticas públicas de promoção à agricultura familiar buscou-se identificar as dificuldades para a aplicação dessas políticas, no caso o PAA, e sua contribuição para o desenvolvimento regional

Diante dessa perspectiva, o problema investigado envolveu a questão: o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para o desenvolvimento dos agricultores do Projeto Cinturão Verde no município de Imperatriz (MA)?

A discussão começa a partir de uma estratégia nacional que fomenta a capacidade de o Estado encarar as crises alimentares e o planejamento da ampliação ao acesso a uma alimentação apropriada e saudável; que promova uma agricultura de base familiar e sustentável, priorizando estabelecer e praticar uma política nacional de abastecimento alimentar com foco na ampliação do acesso dos agricultores familiares ao mercado (BRASIL, 2011).

Desse modo, conhecer o papel desses atores sociais e a concepção da cooperação entre eles é importante para entender de que forma sua inserção no processo da agricultura familiar pode contribuir para o crescimento tanto individual quanto familiar e do grupo.

Pretende-se, com este estudo, contribuir para o entendimento das políticas públicas de fomento à agricultura familiar, no caso, o PAA e suas ações para o sistema produtivo e o desenvolvimento local e regional.

1.1 Problema

O PAA foi criado em 2003 para ser uma das ferramentas do Programa Fome Zero e com isso promover a acessibilidade de alimentos à população com insegurança alimentar residente no campo (BRASIL, 2007).

O PAA pretendia, segundo Grisa et al (2009), fazer a inclusão social e econômica dos agricultores familiares que têm sua produção adquirida com isenção de licitação por entidades da rede socioassistencial, promovendo, portanto, o fortalecimento da agricultura familiar.

A realização desta pesquisa tem a seguinte questão norteadora: o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para o desenvolvimento dos agricultores do Projeto Cinturão Verde no município de Imperatriz (MA)?

Este estudo tem a pretensão de contribuir para o entendimento de como se dá a articulação dos agricultores familiares do projeto Cinturão Verde com a política pública do Programa de Aquisição de Alimentos. Para a sua consecução é imprescindível uma pesquisa de campo. As estratégias desta pesquisa envolveram entrevistas semiestruturadas de natureza qualitativa.

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores do projeto Cinturão Verde.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para responder ao objetivo geral foi necessária a elaboração dos objetivos específicos que seguem:

- caracterizar o Projeto Cinturão Verde;
- identificar se o PAA contribuiu para o aumento da produção dos agricultores do Projeto Cinturão Verde; e
- avaliar se houve melhoria na vida dos agricultores do Projeto com a participação no PAA.

1.3 Delimitação do Estudo

Este estudo foi realizado no projeto Cinturão Verde, desenvolvido na região periférica urbana do município de Imperatriz (MA), com o objetivo de verificar a participação dos agricultores do projeto Cinturão Verde no PAA e se o mesmo contribuiu para a melhoria da qualidade de vida desse grupo.

A opção pelo Projeto se deu pelo fato de o Cinturão Verde estar em um local de atividade e produção agrícola familiar desde o ano de 1983 e por ter agricultores participantes do PAA. O Projeto é de grande relevância para a região, porque sua produção agrícola é distribuída para os principais mercados e feiras livres.

Não se tem a pretensão, aqui, de sugerir métodos para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, mas sim descobrir se o Programa promove a fomentação desse tipo de agricultura e se traz desenvolvimento econômico para os agricultores participantes do Projeto.

1.4 Relevância do Estudo

No cenário nacional, a agricultura familiar vem recebendo apoio e incentivo para a prática agrícola como fomento para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, as políticas públicas têm o papel de fazer a inserção no mercado da produção dos agricultores familiares (GRISA *et al.*, 2009).

Por esse motivo pretende-se estudar a agricultura familiar e a aplicabilidade do PAA no projeto Cinturão Verde, para descobrir como a parceria dessa política pública e o pequeno agricultor familiar se relacionam para geração do desenvolvimento.

A meta é demonstrar a relação entre o poder público, os meios de trabalho e de produção dos agricultores familiares para tentar avaliar se essa relação possibilita o desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares.

1.5 Estrutura do Estudo

Para apresentar as informações que norteiam a discussão esta pesquisa estrutura-se em cinco seções. Na primeira está a parte introdutória, a apresentação

da problemática, os objetivos, geral e específicos, a delimitação, relevância e a estrutura do estudo.

A segunda seção traz a revisão da literatura, que aborda políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento. Em relação às políticas públicas destacam-se a segurança alimentar e nutricional e o PAA, seguidos de uma discussão sobre gestão pública, transferência de recursos federais no Brasil e a gestão desse Programa no município de Imperatriz (MA).

Ainda nesta seção abordam-se a agricultura familiar brasileira e o município de Imperatriz, destacando sua multifuncionalidade em dois aspectos: a agricultura familiar sustentável, e seu contexto nas políticas públicas para a agricultura familiar sustentável. A seção se encerra com abordagens referentes ao desenvolvimento regional, o desenvolvimento por meio da agricultura familiar sustentável e os atores locais.

A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, bem como as técnicas utilizadas, destacando o tipo de pesquisa, a população e a amostra, pesquisada por acessibilidade; os instrumentos e os procedimentos utilizados na coleta de dados.

A quarta seção aborda os resultados e a discussão. De início caracteriza-se a área de estudo e os agricultores familiares participantes do Projeto Cinturão Verde; como se dá o acesso ao Projeto, sua funcionalidade, e o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Nesta seção discute-se, também, o aumento da produção, a melhoria da qualidade de vida e o aumento de renda dos agricultores do projeto Cinturão Verde inseridos no PAA. A quinta seção encerra o estudo com as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são discutidas as políticas públicas, a agricultura familiar e o desenvolvimento, sobretudo sua relação com o cenário atual. São apresentadas em cinco eixos.

O primeiro aborda as políticas públicas no Brasil para compreensão de sua terminologia e base; as relações da política de segurança alimentar e nutricional; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado para a população do campo, desenvolvido em parceria com o Governo Federal.

O segundo eixo discute a gestão do Programa de Aquisição de Alimentos em Imperatriz, com um breve relato de como se dá a sua gestão no Município em termos de metas.

O terceiro trata a agricultura familiar, analisada em termos macro e micro, para uma breve avaliação dos cenários e compreensão das funções da agricultura. O quarto eixo mostra como deve ser feita a agricultura sustentável e os diversos aspectos das políticas públicas para a agricultura familiar sustentável.

Por último, aborda-se no quinto eixo, referente à compreensão de desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar e suas relações com os atores locais.

2.1 Políticas Públicas no Brasil

A maioria das pessoas entende que política está relacionada ao momento eleitoral, quando candidatos disputam cargos no governo e em nome disso fazem inúmeras promessas em termos de promover o bem-estar social, levando as pessoas a acreditarem que estão agindo de boa fé e boa vontade (SARAIVA; FERRAREZI; 2006).

Os autores Saraiva e Ferrarezi (2006) frisam, ainda, que a sociedade recorre à política pública para fazer valer os seus direitos pela força, que é exercida pelo Estado para a administração de conflitos, seja para controlá-los ou para construir consenso.

O termo política é considerado amplo, indefinido e diversificado. O primeiro desafio apresentado é o de esclarecer o significado das políticas públicas na perspectiva da ciência política (SOUZA, 2003).

Para Santos (1990, *apud* KANAANE; FIEL FILHO; FERREIRA, 2010, p. 3), “as políticas públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público”. Elas traduzem a ação do Estado perante a sociedade.

As políticas públicas têm como base as políticas econômicas. Elas se modificam conforme a variação da economia, a natureza do regime social e de acordo com a visão dos governantes quanto ao papel do Estado na conjuntura social e para com o nível de atuação dos grupos sociais diversificados (SANTOS, 1990 *apud* KANAANE; FIEL FILHO; FERREIRA, 2010).

O Estado tem como objetivo, segundo Souza (2003), o bem comum e o termo política, nesse caso, é entendido como a conciliação de interesses conflitantes. Busca garantir estabilidade e ordem e pode-se dizer que é uma maneira de governar a sociedade.

O papel da política é solucionar os conflitos entre indivíduos e grupos sem causar danos a uma das partes em conflito (MATIAS-PEREIRA, 2012). Em geral, as políticas públicas se distinguem apenas na formalidade, dando às vezes a enganosa impressão de que abordam coisas distintas.

A ação do Estado se desmembra em setores em que ele se afirma e em setores em que ele se nega, tomando grandes ou pequenos espaços. As políticas públicas são instrumentos essenciais para os governos utilizarem na atividade e conservação do poder político, pois acontecem em espaço tenso e de relações conflituosas com a sociedade, com os políticos, administradores e poderes do Estado (SOUZA, 2003).

Para o monitoramento das políticas públicas é necessário determinar o nível em que o desenvolvimento das execuções coincide com o planejado e diagnosticar obstáculos, deficiências e necessidades de ajustes (SOUZA, 2003).

Uma política pública pode ser elaborada tanto pelo Estado como por instituições privadas limitando-se à ‘coisa pública’, dessa forma, as políticas públicas ultrapassam as políticas governamentais. O que define uma política pública é o ‘problema público’ (MEDEIROS, 2013).

2.1.1 Segurança Alimentar

A fome oculta ou parcial, também conhecida como desnutrição ou subnutrição, é o mais grave e mais frequente fenômeno que ocorre nas camadas mais carentes da sociedade.

O indivíduo morre pela ausência permanente de alguns elementos nutritivos, mesmo quando faz todas as refeições diárias. Trata-se de uma situação de insegurança alimentar, que ocorre quando as pessoas não têm a segurança de uma alimentação suficiente, de qualidade e saudável (RODRIGUES, 2007).

Para Rodrigues (2007), nos últimos anos houve um avanço no debate e na institucionalização da política pública de segurança alimentar e nutricional no Brasil, considerado um dos mais significativos ganhos notados nas políticas sociais.

Esse destaque se deve à Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a chamada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A partir dela criou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com a finalidade maior de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Para Maluf (2000), em um país é preciso haver um sistema público com gestão participativa e intersetorial que permita a articulação entre os vários setores como os três níveis do governo e a sociedade civil para a implantação e efetivação das políticas de segurança alimentar.

Essa preocupação surgiu no final da Primeira Guerra Mundial, em decorrência do fato de um país poder dominar o outro e ter o controle do abastecimento de alimentos (BELIK, 2003).

Segundo Maluf (2000), a segurança alimentar durante anos esteve relacionada à capacidade e ampliação da produção agrícola de alimentos e foi modificada a partir da década de 1990, com o diagnóstico da Organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação (FAO, 2009).

A segurança alimentar foi assim definida na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA (2004):

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja socioeconômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 4).

O direito à alimentação adequada precisa ser garantido por políticas de segurança alimentar e nutricional inseridas no direito à vida, à satisfação e autodeterminação de outras necessidades básicas, que contribuam na construção de pessoas saudáveis, conscientes de seus deveres, direitos e responsabilidade com o meio ambiente (BELIK, 2003).

Para tanto, é essencial o cultivo ecológico e a valorização alimentar regional, em escolhas em que prevaleçam os benefícios da alimentação para a atual e as futuras gerações, garantindo a sustentabilidade alimentar (MALUF, 2000).

Recentemente, o período de consolidação da política de segurança alimentar e nutricional foi apontado como um marco legal por possibilitar maior institucionalidade e controle e integração social nas ações e programas de segurança alimentar, que conseqüentemente avançaram para diminuir a pobreza e permitir o acesso à alimentação. Isso por articular-se com outros poderes e outras políticas que cooperam entre si para a inclusão do direito à alimentação (MALUF, 2000).

No ano de 2006 foi aprovada a Lei nº 11.326, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo os agricultores familiares. Nesse sentido, esses agricultores passaram a fazer parte da dinâmica de produção de sustentabilidade e segurança alimentar (BRASIL, 2006b).

2.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2003 como uma das ações de estrutura do Programa Fome Zero, tendo como objetivo garantir o acesso aos alimentos em qualidade, quantidade e regularidade necessárias aos povos em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social do homem do campo com o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2007).

O Programa foi estabelecido pelo Artigo 19 da Lei 10.696/2003, fomentado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário-MDA (BRASIL, 2011).

No escopo do PAA está o apoio simultâneo à aquisição e comercialização de alimentos dos agricultores familiares, com incentivos até mesmo de participação nas redes formais de comercialização, visando à estimulação da produção de alimentos

na agricultura familiar de forma a admitir a negociação com o mercado institucional (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005).

O PAA, segundo Grisa *et al.* (2009), contribui para a concepção de estoques estratégicos e para o fornecimento de negócio institucional de alimentos, que envolve os investimentos governamentais de gêneros alimentícios com fins diversificados, permitindo aos agricultores familiares a estocagem de seus produtos para serem negociados a preços mais justos.

Para Müller, Fialho e Schneider (2007), a aquisição de alimentos dos agricultores familiares é feita pelo PAA com dispensa de licitação e a preços compatíveis aos praticados no mercado.

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011), os produtos devem ser destinados às obras de alimentação cultivadas por entidades da rede socioassistencial como empreendimento público de nutrição e alimentação, no caso os restaurantes populares, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, asilos e famílias em condição de vulnerabilidade social.

Segundo Grisa *et al.* (2009), os debates referentes à segurança alimentar e nutricional surgiram no reconhecimento da importância da agricultura familiar para o país, com a concepção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996 e recentemente com a promulgação da Lei nº 11.326, de 2006, que define as diretrizes para a elaboração da política nacional da agricultura familiar e iniciativas familiares no campo, dentre as quais as extrativistas (BRASIL, 2006b).

O Relatório de 2011 da gestão da Secretaria de Segurança Alimentar (SESAN) apresenta as ações do PAA para aquisição da produção da agricultura familiar, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Dados gerais da ação aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o acesso aos alimentos com a distribuição de produtos alimentícios, adquiridos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF, às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e aos programas socioassistenciais
Descrição	Aquisição de alimentos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF e distribuição de alimentos a populações em condição de insegurança alimentar e nutricional. A ação propicia a execução das modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação, Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, Incentivo à Produção e Consumo do Leite e Formação de Estoque pela Agricultura e outras modalidades criadas pelo Grupo Gestor do PAA.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN.
Coordenador nacional da ação	João Marcelo Intini
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar.
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: MPOG/SESAN (2011)

As ações do PAA visam garantir a expansão da agricultura familiar e cooperar com o alcance das metas estipuladas no âmbito do plano ‘Brasil sem Miséria’, de acordo com Grisa *et al.* (2009), aumentando o atendimento a agricultores familiares que se encontram em situação de extrema pobreza.

No ano de 2010 fizeram parte do PAA 66 mil famílias de agricultores familiares nessa condição. Até 2014 o Programa pretendia atender 255 mil famílias (BRASIL, 2011), mas atendeu 3,8 mil famílias cadastradas no PAA do governo estadual e das prefeituras (MDS, 2014).

O PAA tem a pretensão de fortalecer: i) a autonomia na matriz da produção e de consumo das unidades produtivas familiares, em especial sua autonomia diante das adversidades; ii) a relação entre o consumo e a produção local; iii) a recuperação dos preços da região; e iv) a geração de novos mercados, como as feiras agroecológicas, entre outros dados positivos (BATISTA *et al.*, 2016).

Para Grisa *et al* (2009):

A criação de novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA, tendo como única opção de comercialização um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda possui uma operação sujeita à incerteza quanto à disponibilidade do recurso (GRISA *et al*, 2009, p. 12).

Com base no fomento da produção e incentivo do PAA à agricultura familiar, o Programa objetiva que os agricultores conquistem sua autoindependência com a comercialização de seus produtos não só para o PAA, mas também às instituições comerciais locais como as feiras agroecológicas instaladas nos grandes centros.

Além de apoiar os agricultores familiares com a gestão do Programa PAA, a SESAN apresenta as metas para o Programa, conforme demonstra a Tabela 1 das metas e resultados no Relatório de Gestão de 2011.

Tabela 1 - Metas e resultados da ação aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar

Meta	Previsão (LOA + CRED)	Dotação Disponibilizada	Dotação Executada	Execução/ Previsão%
Financeiras em Milhares	R\$ 745.222		663.978	89,10%
Física – em Toneladas	569.908		470.490	82,56%

Fonte: SIGPLAN/SIAFI (2011)

Os números da Tabela 1 são da meta do PAA para o ano de 2011. Foram colocadas as metas financeiras e físicas (toneladas), demonstrando que de acordo com o investimento financeiro há uma meta de produção.

Para atingir essas metas, de acordo com Batista *et al.* (2016), a SESAN executa o Programa a partir de parcerias estabelecidas com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pelo termo de cooperação com governos estaduais e municipais e convênios em todas as regiões brasileiras.

A SESAN buscou parceria também, em 2011, para execução do PAA com o objetivo de ampliá-lo para os municípios dentro da modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, firmando 146 convênios municipais (GRISAL *et al.*, 2009).

Na análise de Grisa *et al.* (2009), em se tratando do desempenho do PAA por regiões, a região Nordeste foi a que recebeu mais recursos, totalizando 54% no período de 2003 a 2007. A segunda região foi o Sul, com 18,7%, seguida pelo Sudeste com 17,9%, Norte com 6,8% e Centro-Oeste 2,7%.

Os autores advertem que os Estados com insegurança alimentar acentuada são beneficiados com recursos menores. O Maranhão, por exemplo, recebeu 3,8% dos recursos, o Piauí 3,8% e Roraima 0,1%.

De acordo com dados, em 2010 houve alteração nesse quadro e a região Sul passou a receber o maior número de recursos (34%), quase o dobro do recebido entre 2003 e 2007 (GRISA *et al.*,2009 *apud* PNAD, 2004).

O Nordeste ficou em segundo lugar, com 32%, o Sudeste com 21%, o Norte 7% e o Centro-Oeste com 6%. Os estados pobres, como Alagoas, Maranhão, Roraima e Piauí seguem recebendo menos recursos: 2,7%, 2,2%, 0,8% e 0,3% respectivamente.

Com as parcerias foi possível a implementação de quatro modalidades: i) compra direta local da agricultura familiar; ii) formação de estoque pela agricultura familiar; iii) compra direta local com doação simultânea; e iv) incentivo à produção e ao consumo de leite (GRISA *et al.*,2009).

Desde 2003, o PAA adquire alimentos diretamente dos agricultores familiares e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar. A inclusão no Programa deve ser feita pelo agricultor familiar, que deve enquadrar-se nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Sua identificação é feita pela Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP (GRISA *et al.*,2009).

Nos diversos casos analisados, os autores Müller, Fialho e Schneider (2007), Doretto e Michellon (2007) observaram que a obtenção da DAP tem sido uma barreira para aqueles que não são donos de terra, apesar de estar previsto na legislação que pescadores e extrativistas têm direito a esse documento.

A demora na liberação dos recursos e a falha nas informações quanto ao funcionamento do PAA são outras questões críticas (MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

Os autores argumentam que a inovação institucional do Programa tem promovido a melhoria da relação entre produtores e consumidores e a importância do valor de um para o outro.

A esse respeito reconhecem que nos arranjos institucionais estão os resultados da articulação de diversos agentes do tempo e do espaço conferindo características locais dadas as especificidades dos participantes da ação, ou seja, os arranjos institucionais são particulares e distintos.

Cabe ressaltar que para o sucesso do Programa é necessária uma boa administração e a resolução dos problemas diagnosticados. Esse é o papel da gestão pública (MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

Tudo acontece de fato nos municípios, onde a articulação dos atores deve acontecer entre si em busca das mais adequadas estratégias para os agricultores familiares criarem as condições para produzir e ter acessibilidade aos mercados, promovendo, assim, o desenvolvimento da coletividade (MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

Para ter uma compreensão da atuação dos municípios na articulação dos agricultores familiares e das políticas públicas é necessário conhecer a gestão pública municipal, como o PAA, conforme a subseção a seguir.

2.1.3 Gestão do PAA no Município de Imperatriz

No trabalho e ao mesmo tempo na gestão, dentro da atividade econômica, a produção familiar na agricultura é estruturada com força em torno de vínculos de parentesco pela participação de mão de obra não contratada (MALUF, 2000).

O PAA tem duas finalidades básicas: i) promover o acesso à alimentação; e ii) incentivar a agricultura familiar. Diante desses dois objetivos o município de Imperatriz faz a gestão do Programa a partir do cadastro do PAA, adquirindo a produção agrícola familiar para os restaurantes populares, creches e asilos, além da distribuição para as famílias em situação de vulnerabilidade (GRISA *et al.*, 2011).

O cronograma com a meta, etapa ou fase do PAA foi cedido pela Secretaria de Desenvolvimento de Imperatriz e consta no Quadro 3.

Quadro 2 - Cronograma de execução: meta, etapa ou fase

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	1.1	Desenvolver o Programa de compra direta local da agricultura familiar. Apoiar os agricultores familiares com a compra de seus produtos.	Produtor	72	Mês/Ano 12/2009	Mês/Ano 09/2012
	1.2	Distribuir os produtos adquiridos aos beneficiários do Programa	Entidades	1	Mês/Ano 12/2009	Mês/Ano 09/2012

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do município de Imperatriz - MA (2013)

Conforme o Quadro 2, os dados das famílias assistidas pelo Programa no período de 2009 a 2012 apresentam a demanda do Município em relação à quantidade de agricultores familiares locais pequenos. Foram atendidas apenas 72 famílias com os recursos do Programa para compra da produção.

O plano de aplicação dos recursos do PAA no Município no ano de 2009 a 2012 é demonstrado a seguir, na Tabela 2.

Tabela 2 - Plano de aplicação do recurso do PAA (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa				
Código	Especificação	Total	Concedente	Proponente
32	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar com vistas à distribuição gratuita às entidades e aos programas sociais	1.806.000,00	1.732.471,10	73.528,98
Total Geral		1.806.000,00	1.732.471,10	73.528,98

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do município de Imperatriz - MA (2013)

Os dados da Tabela 2 mostram que a agricultura familiar ainda tem muito que crescer na Região e a gestão do Programa, feita pelo Município, colabora para a celeridade da produção agrícola local.

Cerca de R\$ 2,5 milhões foram investidos na agricultura familiar em Imperatriz em 2013, com 270% a mais que o valor investido no período de 2009 a 2012. Mesmo com esse crescimento, o Maranhão ainda não detém 1% dos recursos do Governo Federal que totalizam R\$ 70 bilhões para o investimento na agricultura familiar.

O Estado chega a R\$ 450 milhões: uma participação ínfima em relação ao restante dos estados brasileiros (GRISA *et al*, 2009).

No Plano Safra 2013/2014 do Município, o PRONAF inovou novamente e apresentou condições ainda melhores aos agricultores. A primeira modificação foi a ampliação do limite para o ajuste no Programa.

As famílias que alcançaram no ano de 2014 renda até R\$ 360 mil puderam contratar o crédito e, desse modo, investir na produção.

Segundo aponta o MDS (2013), a gestão do PAA sofreu algumas alterações:

Recentemente, a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Essa Lei, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dentre as

principais inovações dos recentes normativos está a previsão de execução do PAA mediante Termo de Adesão, dispensada a celebração de convênio. Esse novo instrumento irá, paulatinamente, substituir os atuais convênios, proporcionando maior continuidade e facilidade na execução do Programa (MDS, 2013, p. 3).

Essa nova gestão dará maior credibilidade ao Programa por ter seu cadastro informatizado e o pagamento feito diretamente ao agricultor familiar, que receberá os recursos PAA com cartão bancário, dando maior autonomia ao produtor.

Planos como esse, do Governo, são criados para incentivar e apoiar a agricultura familiar tanto no âmbito nacional como local e buscam contemplar diversas vertentes com foco na produtividade agrícola.

2.2 Agricultura Familiar Brasileira e a do Município de Imperatriz

De acordo com Menezes (1998), a agricultura familiar é na esfera da produção agrícola a forma social mais adequada, pois garante a agricultura sustentável e a segurança alimentar ao mesmo tempo.

Por suas características da formação social produtiva (familiar) diferenciada da agricultura patronal e por enfatizar à diversidade da produção, pelo uso de pouco insumos externos e produção de autoconsumo, tem o objetivo de proporcionar a redução da pobreza e desnutrição no campo.

A Organização das Nações Unidas (FAO, 2009) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar a partir de três características fundamentais:

- administração e investimentos na unidade de produção, realizados pela família;
- atividade desempenhada, na sua maior parte, pelos membros da família;
- a terra dos meios de produção, de posse da família, é passível de sucessão no caso de óbito ou aposentadoria dos proprietários.

O modelo agrícola praticado pelos agricultores familiares torna-se uma alternativa que colabora com a segurança alimentar não só pela produção primária. De acordo com Santilli (2009), é responsável por inúmeros empregos, pelo desenvolvimento local e renda em bases sustentáveis e pela acessibilidade das pessoas à alimentação.

A agricultura familiar pode ser uma boa estratégia para o desenvolvimento do Brasil, seja pela oportunidade de geração de emprego e renda, seja pela sua relevância na oferta de alimentos (FIPE, 2004).

Corporal e Costabeer (2003) ressaltam a relevância de priorizar uma agricultura que produza alimentos básicos com qualidade biológica e em quantidade.

A produção de autoconsumo é vista como um ponto forte por assegurar à família uma alimentação de qualidade e em quantidade, mesmo quando ocorrem variações monetárias (MALUF, 2000).

O PRONAF, por exemplo, é uma política pública especialmente utilizada para o fomento do crédito rural e visa fortalecer, viabilizar e direcionar a produção, a industrialização e a distribuição de produtos gerados pela agricultura familiar (RODRIGUES, 2007).

A composição agrária do Brasil é marcada historicamente pela grande centralização fundiária. A distribuição de terras brasileiras precisa ser melhorada para que aconteça uma verdadeira reforma agrária. Ela é definida pelo Estatuto da Terra, de 1964. A finalidade da medida é consolidar os princípios de integridade social e o progresso de produtividade (INCRA, 2000).

As ações baseadas no manejo de técnicas ecológicas de plantio e a difusão e o resgate de hábitos alimentares saudáveis e tradicionais são exemplos de medidas a serem disseminadas e adotadas pelos agricultores familiares, para assim alcançar a alimentação sustentável (POUBEL, 2006).

Para uma nova agricultura, com base mais igualitária e sustentável, são indispensáveis políticas públicas favoráveis, que garantam a segurança alimentar (RODRIGUES, 2007).

Segundo Araújo e Schuh (1975), quanto mais se produz no cultivo da terra torna-se maior o fortalecimento de alimento para a sociedade, e o excedente é condicionado ao acesso, aos desejos e às necessidades da humanidade.

Entre as principais atividades de produção agrícola na agricultura familiar do Município estão o feijão, arroz e milho, além de verduras, mandioca e abóbora.

A produção de hortaliças, como alface, cheiro verde, couve e vinagreira também é grande, até mesmo por que o Município, com uma população de 247.505 mil habitantes segundo o IBGE(2010), tem sete feiras livres localizadas nos principais bairros da cidade, onde a população tem acesso direto aos produtos (ACII, 2011).

A criação de gado também é muito forte na Região, e é praticada pelos grandes proprietários rurais. O MDS tem um programa chamado Bacia Leiteira que envolve toda a região Nordeste, onde os pequenos agricultores são incentivados a criar gado, mesmo que em pequena escala, para aumentar a produção do leite (MAPA, 2010).

O Censo Agropecuário apresenta estatísticas de uma das poucas ferramentas de análise quantitativa da temática no Brasil, não permitindo a distinção entre a agricultura familiar e patronal na disponibilização dos dados pelo IBGE. A estratificação restringe-se à situação do produtor, aos grupos de atividade econômica e à área total espacial dos agropecuários.

As Tabelas 3 e 4, a seguir, apontam números da agricultura em Imperatriz (MA), de acordo com dados do IBGE (2005). Os números foram extraídos do *site* do INCRA e demonstram o cenário da agricultura familiar brasileira no ano de 2005.

Os dados apresentados na Tabela 3 destacam o elevado índice de incremento na agricultura, com mais de 300 estabelecimentos que zelam pela agricultura familiar no município de Imperatriz.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção do município de Imperatriz (MA) – categorias familiar por tipo de renda e patronal

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1.000 Reais	%
TOTAL	419	100,0	53.267	100,0	3.013	100,0
Total Familiar	331	79,0	13.183	24,7	981	32,6
Maiores rendas	40	9,5	4.910	9,2	500	16,6
Renda média	99	23,6	3.773	7,1	282	9,4
Renda baixa	63	15,0	1.455	2,7	80	2,7
Patronal	66	15,8	39.786	74,7	1.759	58,4

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1995/96) - Convênio INCRA/FAO (2005)

No cenário da agricultura, o Município apresenta um número expressivo da agricultura familiar com 331 dos 419 produtores agrícolas, representando 79%, mas em tamanho por áreas destacam-se as patronais, que detêm 39.786 mil hectares, que correspondem a mais de 50% da área total do Município, que é 53.267 mil hectares.

A produção também acaba sendo maior na patronal, 58,4%, demonstrando que os pequenos agricultores continuam necessitando de investimentos para a sua produção agrícola.

Na Tabela 4 apresentam-se a categorização de estabelecimentos, áreas e valor das produções familiares de acordo com a mão de obra utilizada.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção familiar por tipo de mão de obra utilizada

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Total Familiar	331	100,0	13.183	100,0	981	100,0
Só Mão de Obra Familiar	252	76,1	8.983	68,1	529	53,9
Mão de obra Familiar e Temporária	23	6,9	647	4,9	65	6,6
Mão de obra familiar e demais combinações	51	15,4	3.190	24,2	363	37,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE - Convênio INCRA/FAO (2005)

A Tabela 4 demonstra que a mão de obra familiar é a maior dentro da agricultura familiar, com mais de 70%. Assim, a agricultura familiar mantém uma de suas principais características: a maior mão de obra é dos próprios familiares.

O território agrícola é de grande relevância para o desenvolvimento do município de Imperatriz, principalmente por que a produção agrícola promove a sustentabilidade das famílias e ainda impulsiona o crescimento econômico e social do Município (ACII, 2011).

Os agricultores familiares, além de proporcionarem a empregabilidade no campo, são os que melhor relacionam a composição do processo da sustentabilidade e a conjuntura econômica do momento.

De acordo com Andrade (1997):

A agricultura brasileira, além de ser responsável pelo abastecimento da produção do país, desempenha também um papel social importante, produzindo efeitos multiplicadores em toda sociedade com a geração dos mais diversos produtos agrícolas e pecuários (ANDRADE, 1997, p. 3).

A agricultura é, portanto, quem movimenta a roda da economia brasileira. Projetos têm sido criados em outros segmentos relevantes, contudo é a agricultura que tem competitividade comparativa imediata. Ela transfere riquezas para outros setores da economia: é capaz de produzir mais e ainda gerar serviço e renda para os demais domínios (MALUF, 2000).

2.2.1 Multifuncionalidade da Agricultura Familiar

Dada a necessidade de sustentabilidade, a agricultura adquiriu novos conceitos relacionados não apenas à produtividade, mas também à conservação

dos territórios rurais e recursos naturais em um reconhecimento da sua multifuncionalidade.

Com base nesse pressuposto, pesquisadores realizaram estudos que enfatizaram quatro expressões da realidade rural brasileira (CARNEIRO;MALUF 2003 *apud* BONNAL; CAZZELA; MALUF, 2008).

Dentre as expressões enfatizadas estão formas e aspectos específicos de cada uma das quatro funções do contexto socioespacial ou regional, pelo fato de as regiões diferenciarem-se quanto à aparência simultânea e à conjuntura que se estabelece entre elas, que são: como cita Carneiro e Maluf (2003):

- reprodução socioeconômica das famílias rurais;
- promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade;
- manutenção do tecido social e cultural; e
- preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A primeira função diz respeito à geração de trabalho e renda para dar às famílias do campo boas condições dentro de um contexto de grande desemprego e de pouca renda para as mais variadas camadas sociais.

A atividade agrícola continua a ter um papel fundamental na reprodução econômica e social dos agricultores familiares do País, apesar de uma boa parcela deles receber renda monetária pequena com a sua produção agrícola.

A segunda função trata da segurança alimentar, considerada primordial para acessibilidade e disponibilidade de alimentos de qualidade, considerando a diversificação ambiental e cultural.

Ressalta-se o grande valor da produção direcionada para o autoconsumo e as menções periódicas pelos atores locais que desenvolvem a agricultura, até mesmo para aliviar a pressão do êxodo do campo nos centros urbanos (BONNAL; CAZZELA; MALUF, 2008).

A terceira função, manutenção do tecido social e cultural, se dá pela contribuição das gerações precedentes e também por ações relacionadas à identidade social e às maneiras de sociabilidade dos agricultores e sociedades rurais. A agricultura permanece como principal identificador e condição de integração da sociedade rural do Brasil (BONNAL; CAZZELA; MALUF, 2008).

As perspectivas, no entanto, em sua maioria são pessimistas a respeito do futuro da atividade agrícola, pois se opõem à vontade dos agricultores de

permanecerem no meio rural ou no lugar, o que diferencia a sua relação com o campo e com a atividade agrícola (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

Por último na quarta função, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, é onde se dá o debate sobre manter a sustentabilidade no campo na extração dos recursos naturais pela atividade agrícola (algumas tradicionais) nas unidades da agricultura familiar e aspectos da legislação ambiental; embora preservar a paisagem não seja prioridade no Brasil (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

As funções expostas, de acordo com Bonnal, Cazella e Maluf (2008), apresentam as multifuncionalidades da agricultura familiar e como elas são tratadas ou não no País.

Os agricultores familiares trabalham para geração de renda, com a responsabilidade de produzir os alimentos para a sua acessibilidade e a da população em geral, e ainda têm a responsabilidade com a sustentabilidade. Em meio a tantas adversidades eles conseguem manter a atividade mesmo diante de tanto descaso.

Destaca-se ainda que o ambiente rural, além da atividade específica de produção econômica, é também um meio de relação com a natureza e convívio social relacionado à multifuncionalidade da agricultura familiar (CANDIOTTO, 2009).

A multifuncionalidade responsabiliza-se pela preservação dos recursos naturais, como solo, água e biodiversidade, dentre outros do patrimônio natural, no caso os cenários e a qualidade dos alimentos.

De acordo com Carneiro e Maluf (2003, p.19), “a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas”.

O enfoque territorial na expectativa do desenvolvimento regional e da multifuncionalidade, pelas políticas de fomento da agricultura familiar, coloca-se como adequado por valorizar o patrimônio natural e cultural de cada localidade, reconhecendo a identidade na elaboração de um projeto de vida social local (CANDIOTTO, 2009).

Candiotto (2009) ainda destaca que em função da refuncionalização do rural novas áreas estão sendo expandidas e que vão além da dimensão de produzir alimentos, como o turismo rural, combinando geração de capital, conservação ambiental, crescimento econômico e justiça social.

2.2.2 Contexto dos Aspectos nas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Sustentável

Para avançar no contexto das relações entre o Estado e as famílias do campo assistidas por programas públicos, as políticas públicas buscam proporcionar uma contribuição à conjunção de contextos ainda pouco explorados.

Trata-se de fomentar ações e políticas de ampliação territorial capazes de valorizar os diversos papéis ou funções desenvolvidas pelas famílias no campo, inserindo o controle social relacionado às ações e políticas (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

Os autores afirmam que entre as vantagens para a inserção da contratualização da política pública e agricultura familiar destaca-se o fato de os contratos, de acordo com a implementação, serem uma forma clara e com participação social de determinar prioridades, além de fomentar e controlar o destino de verbas baseadas em compromissos recíprocos entre o Estado, as famílias rurais, a sociedade civil e os agricultores atendidos pelas políticas públicas.

As intervenções implementadas no campo, que ainda levam a marca do assistencialismo, podem vincular seus subsídios em permuta de benefícios para toda a sociedade quanto à preservação do meio ambiente, das paisagens, da biodiversidade e a produção dos alimentos com qualidade (MALUF, 2003).

A exemplo da discussão das políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e sua contratualização, para Grisa, Gazolla e Schneider (2010), o ideal seria uma investigação da relação de aplicação desse instrumento também com o Estado e o universo empresarial, com vista ao incentivo e à regulação da responsabilidade socioambiental.

Essa visão, segundo Grisa, Gazolla e Schneider (2010), originou um novo e ampliado olhar sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre os agricultores familiares e os territórios na eficácia da reprodução social, levando em conta os modos de vida dos agricultores na sua integridade e não somente seu elemento econômico.

A visão alia a provisão, por parte dessas famílias, de bens públicos conexos com a rede social, patrimônio cultural, meio ambiente e segurança alimentar (MALUF, 2003).

Mesmo não sendo nova essa constatação, tal característica coloca desafios peculiares para a correlação entre o exercício da agricultura e a promoção das demais atividades agrícolas que se busca valorizar.

Segundo Reijntjes *et al.* (1992 *apud* MARCATTO, 1996), a agricultura sustentável é definida como equilibrada ecologicamente, socialmente justa, economicamente viável, humana e adaptativa.

Há alguns conceitos de agricultura sustentável que incluem ainda segurança alimentar, vida de qualidade e produtividade, enfim, uma cadeia de outras possibilidades (MARCATTO, 1996).

Como o exemplo de Marcatto (1996), selecionou-se ou optou-se pela ênfase ao meio ambiente na conceituação de agricultura sustentável. De acordo com o autor, a agricultura sustentável consiste em ações agrícolas que envolvam atividades biológicas de desenvolvimento e reprodução, com a finalidade de produzir culturas que não envolvam a capacidade futura de fazer agricultura com sucesso.

Pode-se dizer, portanto, que a agricultura sustentável atua em processos agrícolas que não esgotam nenhum recurso e são eficazes para a agricultura. Trata-se do manuseio bem-sucedido dos recursos agrícolas, atendendo às necessidades humanas, conservando ou melhorando a qualidade ambiental e mantendo os recursos naturais, conforme citado por Marcatto (1996).

A agricultura sustentável necessariamente tem que ter como base atender às demandas básicas dos seres humanos em ambas as gerações: as que ainda virão e as já existentes.

Essa necessidade compreende (MARCATTO, 1996): i) o consumo: água, alimentos, combustível; ii) abrigo: roupas, proteção; e iii) dignidade e liberdade.

O tema sustentabilidade na agricultura passou a ser discutido face ao modelo acolhido no pós-guerra, em 1950. Pouco subordinado e muito depredatório dos recursos naturais, esse modelo não aprecia a dinâmica da integração dos fatores no meio produtivo.

Segundo Altieri (1989), esse enfoque se iniciou com o objetivo de discutir e reavaliar o exemplo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura industrial com seus impactos ambientais e econômicos.

O movimento liderado por técnicos, universidades, lideranças e agricultores rurais a favor de uma proposta de agricultura marcou o Brasil no período de 1970 a 1980.

A proposição habitual no País dá valor à produção de alimentos e outros produtos agrícolas de maneira que contemplem variadas funções, como a diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social, entre outras (SCHNEIDER, 2010).

Schneider (2010) relata que isso implica em efeitos não triviais em termos de ferramentas para promovê-la, e do tratamento oferecido aos que não se enquadram nos princípios ou nas normas técnicas recomendadas pelas principais organizações profissionais agrícolas.

2.3 Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento pela Agricultura Familiar Sustentável

Discorrer sobre desenvolvimento regional é “antes de qualquer coisa, refletir na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e a distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA, 2003, p. 39).

Oliveira (2003) ainda relata que:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer dentre outras (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Para elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento regional é necessária a compreensão do conceito e das características de desenvolvimento. Oliveira (2003) ainda ressalta que o desenvolvimento de uma região, em longo prazo, compreende como resultado a interatividade de três forças: i) ativação social; ii) alocação de recursos; e iii) política econômica.

A autora Araújo (1999) destaca a emergência de novos entendimentos de desenvolvimento, dentre eles o do desenvolvimento sustentável, em que deve ser considerada a integração físico-territorial do Brasil, respeitando a regionalidade.

De acordo com Carniello e Oliveira (2010), a região pode ser um pequeno aglomerado de pessoas, como a união de pátrias. Ainda segundo os autores, a região se estabelece por espaços de vida e é um produto socialmente constituído

pela sociedade independentemente de seu tamanho, que pode ser subdividido em várias partes.

O estudo da economia regional só passou a ser considerado na metade do século XX, por considerar o crescimento diferenciado das regiões uma preocupação para a sociedade, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Desde então se intensificaram os estudos em busca de uma compreensão desse fenômeno na economia regional, tendo em vista os conflitos da sociedade, da política e os instrumentos de planejamento (CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010).

Para compreender como se adquire uma identidade regional é necessária uma abordagem que ressalte o desempenho da sociedade na participação do processo de elaboração e consolidação, que facilite a composição de consensos básicos entre os atores sociais com papel fundamental para o desenvolvimento (ARAÚJO, 1999).

Boisier (2000 *apud* CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010) cita que a “prática reiterada da participação de membros dos diferentes segmentos da comunidade na discussão, formulação, implementação e avaliação de ações de interesse da região podem contribuir, fortalecer e ajudar a consolidar a identidade regional”.

Com a falta de identidade, as regiões passam a ser consideradas meros territórios arbitrários e não seres sociais, e se não for possível trabalhar as áreas como entes sociais haverá uma grande perda de ações de eficácia no planejamento regional.

Carniello e Oliveira (2010) mencionam que uma região com identidade facilita a criação de acordos básicos e se torna mais competitiva entre os agentes sociais. O desenvolvimento tem significado, neste estudo, de promoção do método para a melhoria qualitativa das condições de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico.

A palavra desenvolvimento está ligada à ideia de transformação dos procedimentos produtivos, tornando-os mais eficazes na geração de riqueza, método técnico, ampliação econômica, industrialização e modernização, dentre outras relações expressas (CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010).

O Ministério da Integração Social (MIS) é tido como principal órgão do desenvolvimento regional desde 2004, mas não alcançou sustentação de qualidade no assunto macronacional quando formulados os planos de desenvolvimento para

as regiões, isso por falta de políticas nacionais específicas para o desenvolvimento (CANO, 2011).

Comparadas às demais regiões do Brasil, segundo Grisa *et al.* (2009), as regiões Norte e Nordeste não alcançaram um crescimento econômico acentuado, e sim o menor do século XX. Essa disparidade dentro do território nacional se dá por um leque de circunstâncias distintas quanto à inserção produtiva e, conseqüentemente, à inclusão social.

Os programas de desenvolvimento regional foram elaborados com a finalidade de reduzir as desigualdades inter e intrarregionais, com bases sustentáveis e foco nas ações regionais, gerando expectativas reais com políticas públicas consubstanciadas nos programas e nas ações governamentais.

De acordo com Bacha (2004, p. 19), “o desenvolvimento econômico considera que a agricultura tem, essencialmente, cinco funções no processo de desenvolvimento econômico”. Essas funções estão inteiramente ligadas:

- ao abastecimento de alimento para a população;
- ao fornecimento de capital para extensão do setor não agrícola;
- à mão de obra para o desenvolvimento e diversificação de celeridades na economia;
- às divisas para aquisição de insumos e bens de capital indispensáveis ao desenvolvimento de funções econômicas; e
- ao mercado consumidor para as produções não agrícolas.

Na ausência de uma política de imigração, o desenvolvimento do setor não-agrícola ocorre com a transferência da mão de obra da agropecuária para os demais setores não agrícolas.

Araújo e Schuh (1975, p. 3) apontam que “essa mão de obra excedente é considerada elemento chave para manter em níveis relativamente baixos os salários industriais, facilitando o processo de industrialização”.

De acordo com Veiga (1998, p.12) “no documento que analisa as diretrizes para uma política de desenvolvimento rural já se observava que em vez de falar de um público alvo, parece mais correto entender que existem, na verdade, pelo menos dois”.

Existem modelos de desenvolvimento que foram um sucesso na distribuição de renda para pequenos agricultores. Os obstáculos são extintos ao se constatar

que as experiências de sucesso corroboram entre si, como: especialização de mão de obra; organização dos produtores; e valores agregados aos produtos (GRISA *et al.*, 2009).

O PRONAF é a política pública especialmente utilizada para o fomento do crédito rural, visando fortalecer, viabilizar e direcionar a produção, a industrialização e a distribuição de produtos gerados pela agricultura familiar (MALUF, 2000).

Só a partir de 1996, com a concepção desse Programa, é que os pequenos agricultores familiares conseguiram maior atenção do Governo Federal para ações específicas de incentivo à melhoria das condições de vida, como o acesso ao crédito, com linhas de financiamentos, de custeio, e investimentos ligados às atividades agropecuárias, de pesca, de agricultura de subsistência e de extrativismo, relacionadas às atividades não agrícolas, como o artesanato e o turismo rural.

A agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gesto e trabalho; “são os agricultores familiares que dão origem ao processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho família”, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (MALUF, 2000 *apud* PRONAF, 2005, p.22).

A agricultura familiar se apoia essencialmente na união de gestão e trabalho familiar, pelo fato de associar uma estrutura produtiva família-produção-trabalho agindo de forma econômica e socialmente, ainda colaborando para a diversificação produtiva e sustentável.

A política do desenvolvimento sustentável parte da hipótese de que a natureza não é infinita e bem menos os bens provenientes dela, devendo haver uma compatibilização em meio ao desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, visto que esse desenvolvimento implica no aprimoramento de técnicas para que não agrida o meio ambiente.

Para Cavalcanti (2002, p. 38):

Para serem relevantes, as políticas de governo para a sustentabilidade têm de ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis, perturbando os correspondentes ecociclos, sejam freadas. Por outra parte, as atividades que causarem pequenas perturbações ou que preservarem funções vitais de apoio do ecossistema devem ser mantidas ou promovidas (CAVALCANTI, 2002, p. 38).

A concepção de desenvolvimento sustentável, para Cavalcanti (2002, p. 38), “representa uma opção ao julgamento de crescimento econômico, sinalizando que,

sem a natureza, nada se produz de forma sólida”. Ainda acrescenta: “Possibilidades são dados por fronteiras de produção”.

Para Rossato, Lozano e Bellen (2010), o desenvolvimento sustentável pode ser percebido como uma forma de política ambiental, ao mesmo tempo proativa e preventiva. Assim, o meio ambiente é parte de uma das colunas do desenvolvimento sustentável, sendo incorporado a todos os níveis de decisão, bem como em grande ou pequeno grau dos valores econômicos e sociais.

A atividade de conceituação das dinâmicas de desenvolvimento sustentável não alcançou um patamar de maturidade suficiente para atender as exigências colocadas pela crise criada das teorias e práticas do desenvolvimento, como afirma Rossato, Lozano e Bellen (2010).

2.4 Atores Locais e Desenvolvimento

A concepção de território exhibe algumas propriedades que devem ser enfatizadas. Dentre elas, é que consiste em uma unidade delimitada que se torna ativada para o desenvolvimento e que dispõe de recursos particulares de uma região não transferível para outra. Destacam-se os recursos, materiais ou não, como exemplo de uma atividade característica da região ligada à história local (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

A implicação disso é que esse recurso só é valorizado nessa região, não sendo possível dar esse valor em outro território. Não é, portanto, só um fato geográfico ou físico, mas uma coisa humana, social, cultural e histórica.

O território, como afirma Courlet e Pecqueur (2001 *apud* BONNAL; CAZZELA; MALUF, 2008), é a decorrência de uma edificação social. Significa que as mesmas categorias técnicas e financeiras não constroem os mesmos efeitos econômicos com relação ao desenvolvimento em regiões distantes.

As bases teóricas do capital social é o que Higgins (2005) discute em sua obra. Parte da reflexão que algumas comunidades que cooperam entre si e fazem a autogestão alcançam o desenvolvimento de maneira rápida e eficiente, contrapondo-se a outras realidades, como o individualismo e a corrupção, que influenciam as práticas culturais.

O autor ainda expõe que a produção é o quinto fator do capital social, juntamente com o capital físico e o humano, a terra e o trabalho. Se as pessoas não

estão capacitadas para a gestão dos recursos e não têm compromisso e espírito de cooperação com os objetivos comuns, os fatores econômicos não irão muito longe.

É de Veiga (1998) a obra 'Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI', onde conceitua o desenvolvimento sob três aspectos. O primeiro, com o desenvolvimento significando crescimento econômico; o segundo, como uma ilusão, mito ou manipulação ideológica, constituindo a sustentabilidade nas suas múltiplas extensões, o foco da abordagem. A última perspectiva consiste em 'caminho do meio', que o autor considera como a mais desafiadora.

Em seus estudos, Uphoff (2000) demonstra que a identidade do capital social é o encontro de organizações formais e informais de várias formas voltadas para o bem-estar coletivo. Identifica dois grupos de capital social: a estrutural e a cognitiva, que se relacionam entre si.

A primeira se manifesta nas normas, nos papéis, nos padrões de influência mútua, nos procedimentos das organizações sociais. A segunda torna-se visível nas normas, valores, crenças e atitudes. Para o autor, capital social é uma unificação de vários tipos operacionais e sociais relacionados com o cultural, psicológico, cognitivo e institucional, que aumentam a soma ou a possibilidade do desempenho cooperativo de benefício mútuo.

O desenvolvimento segundo Dallabrida (2006) conta com duas dimensões: i) a tangível, material, relacionada aos aspectos econômicos; e ii) a intangível, imaterial, que se refere à capacidade coletiva para executar ações de interesse da sociedade.

Além de avaliar o capital social dentro dessa expectativa, o autor aborda ainda conceitos correlatos, como os de densidade institucional e capital sinérgico ligados à questão do empoderamento.

Nessa reflexão, ele avalia ser necessário aprofundar a ação do Estado em sua prática de gerir, na contribuição de geração ou ampliação do estoque de capital social em uma região ou território.

Para Rambo e Filippi (2009), a influência mútua entre atores da sociedade civil, mercado e Estado em volta de um objetivo comum e sua influência mútua com as demais hierarquias de poder e gestão tendem a tornar o processo de desenvolvimento mais participativo e mais adequado à realidade sociopolítica, ambiental, cultural e local.

Andion (2007, *apud* ROSSATO; LOZANO; BELLEN, 2010, p. 4), interpreta o desenvolvimento como “um fenômeno construído no tempo e no espaço pelos diversos atores que compõem os sistemas de ação no território, redefinido a noção de ator para analisar a dinâmica do desenvolvimento”.

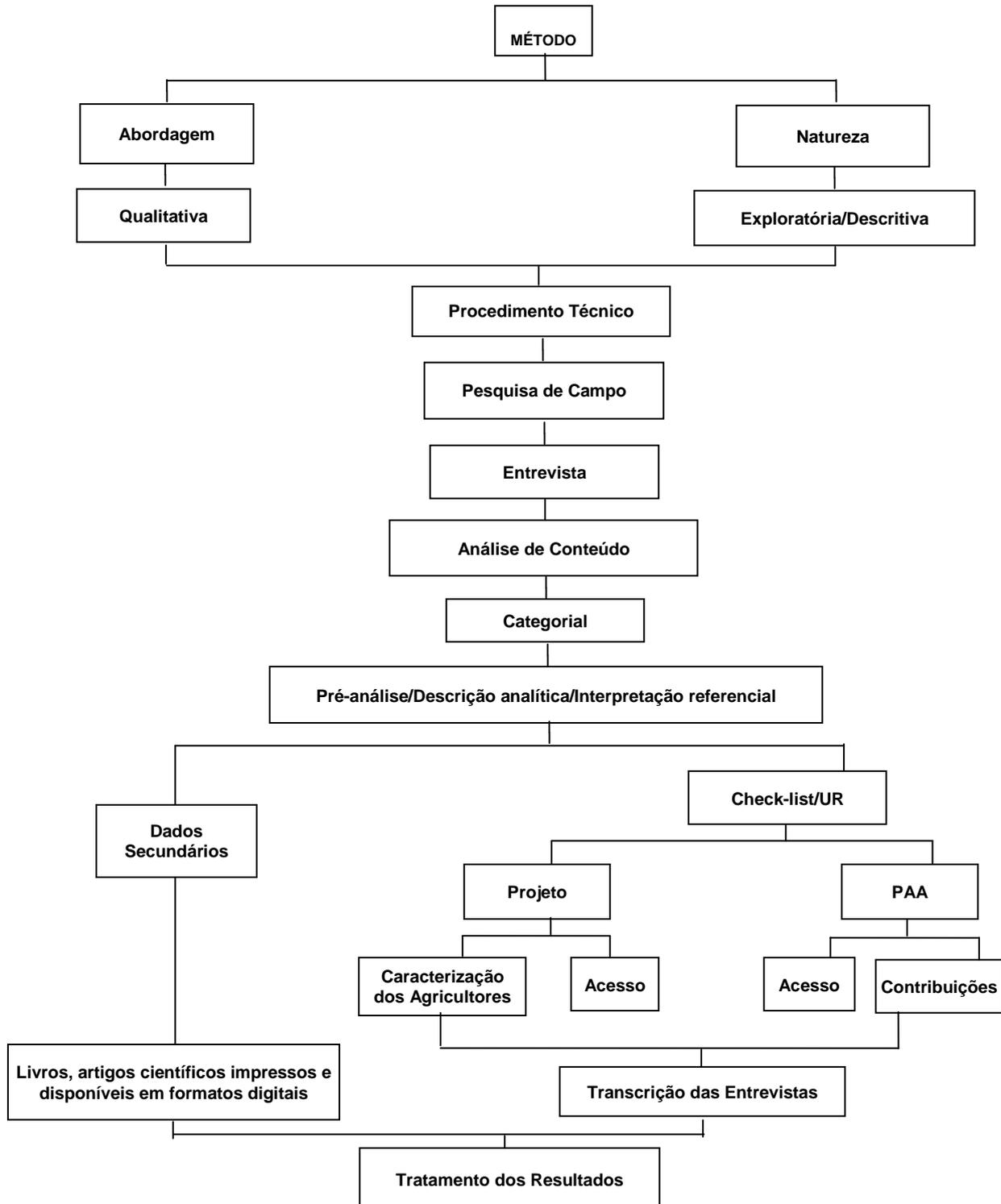
O ator é concebido como um grande agente plural, com capacidade de refletir sobre suas ações, dotado de várias racionalidades e atitudes em uma situação específica. É fundamental a participação do ator na administração dos recursos naturais (ROSSATO; LOZANO; BELLEN, 2010).

Sauvage (1996 *apud* ROSSATO; LOZANO; BELLEN, 2010), a formação dos atores e de assistência técnica é de fundamental importância para os projetos, devendo ser flexíveis e que intervenham de forma contínua na geração de trabalho para ajudar no alcance dos níveis de qualidade e assim dar crédito e gerar empregos e riquezas, ressalta

3 MÉTODO DE PESQUISA

Nesta seção apresentam-se os procedimentos, assim como os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados. Para melhor compreensão, a Figura 1 demonstra o fluxograma da presente pesquisa.

Figura 1 – Fluxograma do delineamento da pesquisa



3.1 Tipo de Pesquisa

Para responder ao objetivo deste estudo, que é verificar se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores do projeto Cinturão Verde em uma região periférica do município de Imperatriz (MA), foi utilizada a ferramenta de estudo de caso, tendo em vista que ele se caracteriza por ser um estudo mais aprofundado, que permite um amplo e detalhado conhecimento (YIN, 2010).

Trata-se da forma como o estudo de caso observa, por variados métodos, um caso específico ou um número reduzido de casos, com profundidade e riqueza de detalhes, avaliando sua complexidade.

Como relata a esse respeito Yin (2010), o estudo de caso é a estratégia mais usada quando se procura saber o como e o porquê de eventos contemporâneos em que a distinção entre fenômeno e contexto não está claramente definida.

Marconi e Lakatos (2011) comentam que na realização do estudo de caso é necessária uma avaliação qualitativa, pelo fato de seu objetivo ser o estudo de uma determinada sociedade, que exige uma análise profunda e intensa.

Para os autores, o estudo de caso possibilita penetrar na realidade da sociedade, buscando alcançá-la de forma plena pela avaliação qualitativa. Nesse tipo de pesquisa o estudo de caso, por suas características, é uma das ferramentas mais relevantes.

A pesquisa é descritiva, pois tem como característica a análise, observação, registro, classificação e interpretação. Tal como aponta Cervo, Bervian, Silva (2007), a pesquisa descritiva busca descobrir, de forma clara e precisa, a frequência com que acontece um fenômeno. Considera sua relação e a ligação com outros, respeitando suas características e natureza.

Esse tipo de pesquisa busca conhecer as diversidades nas relações e situações ocorridas na vida social, econômica e política, dentre outros aspectos do comportamento humano, tanto de grupos, de comunidades complexas, como do indivíduo isolado.

Cabe também a utilização em nível exploratório, por seu objetivo ser o de proporcionar uma visão geral, mais aproximada, acerca de um fato. Yin (2010) destaca que as pesquisas exploratórias apresentam como principal finalidade

esclarecer, desenvolver e transformar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais sucintos.

A pesquisa exploratória é flexível e não requer, necessariamente, a elaboração de hipóteses para testes no trabalho, restringindo-se apenas à definição dos objetivos em busca de informações a respeito de determinado assunto.

3.2 Cenário do Estudo de Caso

A cidade de Imperatriz (MA), sede da Região Metropolitana Sudoeste do Maranhão, é de grande relevância para o cenário regional, por estar situada na divisa com os estados do Tocantins e Pará. Em 1960 passou a ser considerada o segundo maior centro político, econômico, cultural e populacional do Maranhão (FRANKLIN, 2005).

É o maior entroncamento comercial, contando com a rodovia BR 010 (Belém, Brasília). É também um dos principais polos da região, unindo o Sudoeste do Maranhão ao Norte do Tocantins (ACII, 2011).

Figura 2 – Mapa do Maranhão, localização Microrregião de Imperatriz



Imperatriz foi fundada em 16 de julho de 1852 por Frei Manoel Procópio. Sua população em 2010 era de 247.505, com 234.671 pessoas morando na zona urbana (95%) e 12.882 na rural (5%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010).

Com uma área de 1.368.987 km², o Município tornou-se referência nas áreas de livre comércio e prestação de serviço especializado, dentre eles o de medicina e educação superior. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de 2.456.381 milhões.

O desenvolvimento do Município também elevou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ou IDH municipal, que em 2010 representou 0,731 de acordo com o Atlas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (2013, *apud* ACII, 2011). O IDH municipal de renda é de 0,697.

O estudo foi realizado no projeto Cinturão Verde, que foi criado em 2001 no entorno do aeroporto de Imperatriz, ligado ao Programa Aeroportos Solidários, criados pela INFRAERO. É um projeto social em uma área de 815 m² do aeroporto de Imperatriz (INFRAERO, 2011).

O Projeto, que tem como objetivo a responsabilidade socioambiental, desenvolve um trabalho, com a produtividade de horticultura, com pequenos produtores agrícolas que se localizam ao redor do aeroporto de Imperatriz. De acordo com a INFRAERO (2011), o projeto visa colaborar com esses agricultores para o aumento da produção agrícola familiar, proporcionando ações para a melhoria de vida desse grupo.

Além disso, ministra cursos de informática, palestras sobre cidadania, educação e conservação ambiental, objetivando oferecer aos filhos dos agricultores, e aos adolescentes do entorno capacitação para inserção no mercado de trabalho e para melhor qualidade de vida (INFRAERO, 2011).

No Projeto foi construída uma infraestrutura adequada de estufas para a produção das mudas em bandejas, compostagem, áreas para criação de minhocas, canteiros com pesquisa para hortaliças, higienização de verduras e galpão para substratos.

Atualmente atende em média 70% do mercado de frutas e hortaliças de Imperatriz e Região. O Projeto já discute, com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Produção (SEAAP) a viabilidade de expansão de irrigação e estufas para produzir mudas (INFRAERO, 2011).

De acordo com a INFRAERO (2011), a parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que possui carência de áreas para a prática de atividades com os alunos do curso de agronomia, possibilita o conhecimento da atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores e é de grande valia para contribuir com a qualidade da formação acadêmica dos novos profissionais do setor.

Ainda mantém parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que usa as instalações e as estruturas desenvolvidas no Projeto para ações educativas e de fomento da prática agrícola. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) executa um plano de difusão de tecnologia agrícola com estufas, viveiros para plantas e *kits* de irrigação no campo, no Centro de Difusão Tecnológica e nas áreas agrícolas dos concessionários.

O Projeto ainda recebe escolas para visitas técnicas, porque trabalha com tecnologias para apresentação dos agricultores que se tornam modelos para a sociedade nas práticas agrícolas.

A INFRAERO (2011) destaca, ainda, as parcerias com a prefeitura de Imperatriz, com o banco do Nordeste, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Faculdade de Imperatriz (FACIMP), para colaborar, desenvolver e programar a produção, a comercialização, e a vida dos agricultores do Projeto e da população do entorno do aeroporto.

3.3 População

A população a ser estudada é a do projeto Cinturão Verde, constituída por 35 agricultores familiares. A amostra foi definida por acessibilidade, admitindo que de alguma forma possa representar o universo.

Embora se tenha a probabilidade de alcançar toda a população, a amostra é retirada de uma parte que esteja prontamente acessível. Esse tipo de amostra é aplicado geralmente em estudos exploratórios ou qualitativos (ROESCH, 2012).

Inicialmente, o Projeto foi apresentado à INFRAERO, que ajudou no contato com os agricultores. O primeiro contato se deu em 25 de outubro de 2014, quando foram apresentados os principais objetivos da pesquisa. A autorização foi concedida em 21 de novembro de 2014 pela superintendente do aeroporto de Imperatriz, Rozineide Munis Pinheiro.

3.4 Instrumentos

Para a coleta dos dados foram realizados levantamentos secundários e primários. O primeiro levantamento se deu a partir de livros, artigos científicos impressos e em formato digital disponíveis. Já os dados primários foram coletados em uma pesquisa de campo com a aplicação de entrevista com formulário individual.

A técnica aplicada na pesquisa de campo foi a entrevista. As perguntas, preestabelecidas antes da aplicação, seguiram um roteiro por se tratar de um grupo com o grau de instrução baixo, mas respeitando uma padronização.

A técnica de entrevista foi selecionada por se tratar de pesquisa qualitativa, que não tem o objetivo de contemplar a generalização dos resultados, mas sim verificar a melhoria de vida dos agricultores do Projeto com a inclusão no Programa de Aquisição de Alimentos (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Essa técnica, segundo os autores, torna-se eficiente na obtenção de dados e oferece algumas vantagens, porque o entrevistado não precisa saber ler nem escrever; permite a obtenção de mais respostas e tem flexibilidade.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), a entrevista não se resume a um simples diálogo. Trata-se de um diálogo voltado para um objetivo, portanto, optou-se por operacionalizá-la com uma entrevista formulário (APÊNDICE A).

O formulário foi dividido em seis partes. A primeira compreende a caracterização dos agricultores e está dividida em quatro grupos com 20 perguntas que abordam o núcleo familiar; a renda; a atividade social; e a vida escolar dos filhos. Na segunda parte foi incluída a participação dos agricultores no projeto Cinturão Verde, com 11 perguntas.

A terceira parte envolve dez perguntas a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a participação do agricultor nesse Programa. A quarta parte apresenta 12 perguntas referentes ao desenvolvimento da produção com o PAA. A quinta parte, com seis perguntas, destina-se à melhoria da qualidade de vida dos participantes no PAA. A sexta parte finaliza o instrumento, com quatro questões referentes ao aumento de renda com a participação no PAA.

As entrevistas realizaram-se durante dois dias do mês de abril de 2015 nas áreas do projeto Cinturão Verde, no período diurno. Na coleta dos dados utilizou-se um gravador de áudio e câmera fotográfica para registro *in loco* de alguns dados.

Para a coleta de dados do funcionamento do projeto Cinturão Verde foi realizada entrevista com o agrônomo responsável. Não foi utilizado formulário nem roteiro, mas ao apresentar as estruturas do Projeto questionava-se a sua funcionalidade e o tipo de apoio dado aos agricultores pelas estruturas e maquinários, principalmente as parcerias para o funcionamento do Programa PAA.

3.5 Procedimentos para a Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista, aplicada aos agricultores e ao agrônomo do projeto Cinturão Verde. Após a apresentação da pesquisa e de seus objetivos foi solicitado a cada participante que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após o convite para participar como sujeito potencial. Para o registro das informações foi utilizada a gravação de áudio e posterior transcrição.

Nesse tipo de amostragem não é permitido nenhum tipo de análise estatística ou generalização, por tratar-se de uma análise qualitativa. Cabe ressaltar, ainda, que de acordo com Oliveira (2008) em pesquisa desse tipo pode ser utilizado o estudo exploratório.

Foram entrevistados apenas dez agricultores do Projeto, dada a dificuldade de acesso ao local onde ficam os agricultores, além do que alguns se recusaram a participar. Os agricultores trabalham nas áreas arrendadas pela INFRAERO com um contrato para concessão, em verdade de permissão, para uso das terras por 24 meses.

Para tanto, os agricultores passam por uma licitação para arrendar as áreas de uso para o plantio de seus hortifrúteis. Foi também entrevistado o agrônomo do Projeto, para responder às questões de funcionamento do projeto Cinturão Verde.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Os dados coletados na entrevista foram processados pela análise de conteúdo, que segundo relata Bardin (2006) é um meio para estudar a comunicação entre os indivíduos por colocar sua ênfase no conteúdo das mensagens. Nesse caso utilizam-se várias técnicas para análise da comunicação.

Como esse tipo de análise trata do indivíduo e o que os beneficia, possibilita capturar com profundidade o que expressa de fato o entrevistado. Não é possível, por exemplo, aplicar questionários.

O tipo de análise escolhido foi o categorial. Segundo Bardin (2006), dentro do conjunto de técnicas da análise de conteúdo essa é a mais antiga e a prática mais usada. Trabalha com agrupamento das unidades de registro em categorias.

A Unidade de Registro (UR) é a unidade que faz a segmentação a partir do conjunto do texto, podendo ser uma palavra, frase ou o parágrafo (OLIVEIRA, 2008). Neste estudo optou-se por definir a frase como UR, por expressar mais profundamente o que cada um dos entrevistados percebe em relação ao desenvolvimento, sua relação com as políticas públicas e os impactos causados por elas.

Os dados coletados foram preliminarmente submetidos aos procedimentos de estabelecimento de categorias; unidades de registro e avaliação das generalizações obtidas. Para a interpretação efetuou-se a análise de conteúdo seguindo as três etapas básicas instituídas por Bardin (2006):

- **pré-análise:** corresponde à organização do material, quando se estabelece um sistema de trabalho para avaliar de forma geral os dados coletados com a finalidade de analisar, observar e comparar as mensagens;
- **descrição analítica:** fase em que consta a exploração referente à descrição do conteúdo com mais rigor das respostas dos entrevistados para a categorização do material coletado; e
- **interpretação referencial:** referente às interpretações das respostas relacionadas aos enfoques teóricos deste estudo na revisão de literatura, concomitantemente à descrição analítica.

Para a análise de conteúdo ser caracterizada foram utilizadas algumas regras básicas, segundo Bardin (2006):

- **homogeneidade:** quando os dados das entrevistas obedecem a critérios precisos, eliminando qualquer tipo de particularidade;
- **pertinência:** as categorias devem ser estabelecidas conforme o material disponível, excluindo categorias relativas a temas não abordados pelos sujeitos investigados; e

- **representatividade:** a amostra é representativa para o universo estudado.

No presente estudo, a pré-análise se deu com a criação de um banco de dados elaborado a partir dos dados coletados na entrevista (APÊNDICE A).

Foram criadas categorias e subcategorias e cada uma delas foi nomeada seguindo uma organização hierárquica, conforme a frequência, pertinência e relevância do tema da pesquisa.

Após conclusão das entrevistas, os arquivos de áudio foram ouvidos e as URs separadas conforme a categoria a qual pertencem e agrupadas em duas categorias, de acordo com a Figura 1.

Essas categorias descritivas foram definidas de forma que fosse possível descrever os casos nos quais os agricultores se desenvolvem devido ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Na transcrição das entrevistas houve o cuidado de conservar o linguajar característico de cada um dos entrevistados conforme o indicado pelo método de análise. A transcrição foi literal, sem correções.

Na apresentação das falas dos entrevistados foram utilizados, quando necessários, os seguintes símbolos:

- [...] para observações feitas pelo pesquisador;
- [...] em supressões propositais em parte da fala; e
- “...” para expressar interrupção na fala.

As supressões feitas na fala dos entrevistados foram realizadas para condensar o texto, de forma que não prejudicassem a mensagem transmitida nem sua essência.

Embora a análise de conteúdo admita a utilização de técnicas estatísticas, mesmo em constância de aparições de palavras à análise fatorial foi dada prioridade, neste estudo, para a análise qualitativa(OLIVEIRA, 2008).

Esse tipo de análise busca a presença ou a ausência de uma característica específica de conteúdo ou o agrupamento de características em determinado fragmento da mensagem (BARDIN, 2006).

Não se deu, portanto, a análise de frequência no conteúdo, a não ser nos relatos referentes aos tipos de produtos cultivados pelos agricultores, quando se fez uma nuvem de termos e as palavras tiveram destaque na imagem com aumento da fonte, conforme a frequência em que ocorreram.

Foi feito o agrupamento das Unidades de Registros (URs) para a análise dos dados, que primeiro buscou compreender como se dá a participação dos agricultores no projeto Cinturão Verde; depois verificar o funcionamento do Projeto e a relação com os agricultores; e por último o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Observou-se, ainda, as relações entre o Programa e o desenvolvimento dos agricultores incluídos no Projeto a partir do aumento da produção, melhoria da qualidade de vida e aumento da renda.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são expostos os dados resultantes das entrevistas, os resultados obtidos e a discussão. O texto está dividido em nove partes. A primeira apresenta o perfil dos agricultores e as seguintes se referem às categorias descritivas para conhecimento da participação dos agricultores no projeto Cinturão Verde, além da forma de ingresso e permanência.

Refere-se, também, ao funcionamento do Projeto: como é dado o apoio aos agricultores e quais são as estruturas oferecidas. Além do acesso ao Programa foram avaliados o desenvolvimento da produção, a melhoria da qualidade de vida e o aumento de renda com a participação no PAA.

Objetivou-se descrever o desenvolvimento dos agricultores do Projeto com a participação no PAA, identificando a relação dos agricultores com essa política pública de fomento à agricultura familiar.

Para preservar a identidade dos agricultores entrevistados foram identificados com as letras AF (Agricultor Familiar) seguidas do número da sequência das entrevistas, portanto, o primeiro agricultor entrevistado foi designado AF1 e o último AF10.

4.1 Perfil dos Agricultores

Os dados dos agricultores, após análise, apontam que todos participam do PAA. A agricultura familiar é a principal fonte de renda e varia de R\$ 780,00 a R\$ 5.000,00 mensais. Com exceção de quatro agricultores, os demais têm a ajuda de membros da família para a atividade agrícola.

Essa é uma das principais características da agricultura familiar: as atividades, em sua maior parte, são desenvolvidas pelos membros da família, segundo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura(FAO).

Três agricultores têm algum membro trabalhando fora e ajudando na renda familiar, e um tem um filho deficiente que recebe aposentadoria. Apenas cinco têm filhos na escola.

A seguir, no Quadro 3, apresenta-se o perfil completo de cada agricultor entrevistado.

Quadro3– Perfil dos agricultores

Agricultor	Gênero	Tempo como agricultor	Pessoas da família que trabalham com você	Parentesco	Quantos trabalham fora	Renda familiar	Renda suficiente para despesas do mês	Fontes de renda	Cadastro em alguma Instituição	Filhos na escola	Assiduidade e dos filhos na escola
AF1	F	33 anos	2	Filha e genro.	1	R\$ 2.500,00		Agricultura e salário do filho.	Associação de agricultores.	-	-
AF2	F	20 anos	0	-	-	R\$ 1.000,00	Sim	Agricultura e fabricação de massa de macaxeira.	Associação de agricultores.	-	-
AF3	M	20 anos	2	Filho e esposa.	1	R\$ 2.160,00	Sim	Só a agricultura.	Associação de agricultores.	-	-
AF4	M	9 anos	4	Irmão e três filhos.	1	R\$ 3.600,00	Sim	Agricultura.	Associação de agricultores.	-	-
AF5	F	+ de 50 anos	10	Quatro filhos, três netos, esposo, sobrinho e genro.	-	R\$ 1.500,00	Sim	Só agricultura.	Associação de agricultores.	Sim	Sim
AF6	M	+ de 40 anos	0	-	-	R\$ 1.000,00	Sim	Agricultura e aposentadoria do filho deficiente.	Associação de agricultores	Sim	Sim
AF7	M	20 anos	0	-	-	R\$ 1.440,00	Sim	Só agricultura.	Associação de agricultores.	-	-
AF8	M	30 anos	0	-	-	R\$ 720,00	Sim	Só agricultura.	Associação de agricultores.	Sim	Sim
AF9	M	10 anos	2	Dois primos.	-	R\$ 5.000,00	Sim	Só agricultura.	Associação de agricultores.	Sim	Sim
AF10	M	12 anos	4	Esposa e dois filhos.	-	R\$ 720,00	Sim	Só agricultura.	Associação de agricultores.	Sim	Sim

A seguir apresenta-se o Quadro 4, que mostra as categorias e subcategorias para posterior resultados e discussão.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias

CATEGORIA 1: PROJETO	Acesso ao Projeto
	Funcionalidade do projeto
	Funcionalidade do projeto quanto ao apoio ao agricultor
CATEGORIA 2: PAA	Acesso ao PAA
	Desenvolvimento da Produção com a participação no PAA
	Melhoria da qualidade de vida com a participação no PAA
	Aumento de Renda com o PAA

4.2 Categoria 1: Acesso dos Agricultores ao Projeto Cinturão Verde

Nesta categoria abordou-se a participação dos agricultores, a forma como ingressaram ao Programa; como foram selecionados; e a funcionalidade do Projeto Cinturão Verde, identificando o tempo no Projeto e de que forma os agricultores participam: se pagando, e se assim for, com qual regularidade.

Dentre os agricultores que estão no local apenas um tem menos de um ano no Projeto. Os demais têm de três a 16 anos e três deles são anteriores à implantação, em 2001 e permanecem até a atualidade.

Esses agricultores estavam na área do aeroporto desde 1983 e já moravam nesses espaços ou no entorno do aeroporto e tinham a atividade agrícola nessa área. Todos dizem pagar pelo uso da terra cujo valor varia, de acordo com o tamanho da área, entre R\$ 131,00 e R\$ 458,00.

O pagamento é realizado mensalmente, mas como eles assinaram um novo contrato em dezembro de 2014, estão aguardando a nova tabela de preços das áreas, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Participação no Projeto Cinturão Verde

Agricultor	Tempo que participa do Projeto	Paga para participar do Projeto?	Valor	Frequência
AF1	8 anos	Sim	R\$ 260,00	Mensal
AF2	14 anos	Sim	R\$ 131,00	Mensal
AF3	14 anos	Sim	R\$ 226,00	Mensal
AF4	+ de 4 anos	Sim	R\$ 330,00	Mensal
AF5	6 anos	Sim	R\$ 172,00	Mensal
AF6	16 anos	Sim	R\$ 172,00	Mensal
AF7	12 anos	Sim	R\$ 458,00	Mensal
AF8	6 meses	Sim	R\$ 458,00	Mensal
AF9	3 anos	Sim	R\$ 200,00	Mensal
AF10	12 anos	Sim	R\$ 286,00	Mensal

Em relação à forma de ingresso ao Projeto, exceto os agricultores que já ocupavam o espaço antes da implantação, alguns foram informados e convidados pelos colegas e amigos que já faziam parte: *“Ah, a gente chegou pra cá pra Imperatriz a gente conheceu um colega, através desse colega a gente começou a trabalhar com ele, aí a gente através dele [...] começou a participar também”* (AF5).

No caso do AF8, ele morava em Manaus e um colega o convidou para vir a Imperatriz porque havia um Projeto que era muito bom, e assim ele veio e está muito bem: *“daí eu tô me dando bem aqui”*(AF8).

Em relação ao acesso ao Projeto, é importante esclarecer que em 2014 a INFRAERO estabeleceu aos agricultores a participação de uma licitação por pregão o que gerou certa inquietação, mas no momento todos já estão com seus contratos assinados e conseguiram permanecer em suas áreas.

AF3 achou bom permanecer na mesma área: *“A licitação assustou todo mundo, nós quase, foi luta pra aceitar a licitação, porque na teve jeito mermo nós aceitamos. Mas aí correu tudo bem, bom, ninguém teve interesse na área do outro, depois que passou todo mundo ficou alegre”* (AF3).

Essa nova regra da INFRAERO tem como objetivo regularizar a situação dos agricultores de forma clara e imparcial. As novas regras foram criadas para melhor distribuição e utilização das áreas, pelo fato de algumas pessoas estarem instaladas nessas áreas como moradoras e sem nenhuma atividade agrícola, não atendendo ao objetivo do Projeto que é ajudar pequenos agricultores a melhorar sua produção agrícola.

4.2.1 Funcionalidade do Projeto

Com relação à funcionalidade do Projeto, de acordo com a visão dos agricultores procurou-se identificar a rotina, apoio, treinamento e auxílio para seus filhos, como qualificação e atendimento médico, e também verificar se as condições são favoráveis à produção agrícola, conforme demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 – Funcionalidade do projeto

Funcionalidades	Funcionalidade na visão dos agricultores
Rotina	Eles criam sua própria rotina. O Projeto dá total liberdade aos agricultores trabalharem.
Apoio ao agricultor	Já receberam, mas no momento não.
Treinamentos ofertados	No início, em parcerias com a prefeitura e o SEBRAE, foram ofertados muitos cursos.
Os filhos receberam treinamento	O Projeto ofertou treinamento de informática para os filhos e netos dos agricultores.
Atendimento médico	Não.
Condições do projeto favoráveis à produção agrícola	Favoráveis para uns e não para outros.

Segundo AF3, o Projeto ofereceu apoio e treinamentos: “[...] nós já tivemos muito incentivo do “...” SEBRAE já deu muito curso, pra nós, hoje eles não dão mais porque a gente também já, [...] sabe, curso quase tudo já participou, aí eles já tão trabalhando na área doutros que num conhece bem, nós já conhece mais ou menos o manejo” (AF3).

Para AF1, continuam o apoio e treinamentos embora os agricultores não participem. “[...] mas tem, a gente é porque é descansado, mas tem”. Fica claro que eles divergem quando se trata dos assuntos apoio e treinamento oferecidos pelo Projeto.

AF10 diz que as parcerias do Projeto ajudaram muito na oferta de treinamento: “treinamentos e parceria com SEBRAE, FACIMP, UEMA, Prefeitura Municipal, Banco do Nordeste, tínhamos todo tipo de curso, informação”. Todos disseram que o Projeto ofertou curso de informática para seus filhos e até para os netos, dando um suporte para a inclusão no mercado de trabalho.

Nesse aspecto, Oliveira (2003) aponta que o desenvolvimento está relacionado à satisfação das necessidades humanas, dentre elas a educação que é uma das formas de apoio do Projeto aos agricultores e familiares, com cursos de manejo de técnicas agrícolas ou de tecnologia.

Quanto às condições para a produção agrícola, de acordo com AF03, AF07 e AF01, a Prefeitura, em parceria com o Projeto, oferece um trator para arar as áreas de plantio. *“ Ah (...) a prefeitura... quando a gente faz o manda pela associação [...] um projeto pedindo aqueles que tá precisando do trator eles mandam ”* (AF03).

A esse respeito a INFRAERO enfatiza que para manter o Projeto era necessário buscar algumas parcerias, inclusive com a Prefeitura, que cedeu um trator que pode ser usado com agendamento no próprio local. Os agricultores também recebem auxílio de um agrônomo cedido pela Prefeitura para ajudar na plantação, no manejo e no controle de pragas.

Segundo AF04, esse profissional não aparece nas áreas para saber como estão as plantações: *“até tem um agrônomo, mas a gente não vê ele andar, [...] o que que tá precisando, como está sua plantação né, [...] tem uma praga, vamos dá uma olhada nela”*.

Essa afirmação foi feita só por AF04, porque os demais só disseram não contar com nenhum tipo de apoio.

4.2.2 Funcionalidade do Projeto Quanto ao Apoio ao Agricultor

Nesta subseção procurou-se conhecer o apoio aos agricultores; quais estruturas estão disponíveis e como se dá a relação Projeto e agricultor. O local de atendimento aos agricultores é chamado Centro de Difusão Tecnológica (CDT) e oferece estufas, sala de higienização, sala de reuniões, sala de informática, depósito e trator para arado da terra.

Como cita o agrônomo: *“aqui é o palco inicial de tudo, centro de atendimento dos agricultores ribeirinhos do Cinturão Verde”*. A Figura 2 apresenta uma visão aérea do CDT.

O público alvo do projeto Cinturão Verde são os agricultores familiares, crianças e adolescentes, filhos de agricultores e a comunidade do entorno do aeroporto. A localização é na parte urbana da cidade.

O trabalho agrícola nas terras da INFRAERO se iniciou em 1983 por agricultores que invadiram as áreas limítrofes do aeroporto de Imperatriz, mas só em 2001 o Projeto foi criado vinculado ao Programa Aeroportos Solidários da INFRAERO, com os objetivos de: i) buscar maneiras de ampliar os resultados da atividade que vinha sendo feita com os agricultores das áreas concessionárias; e ii) implantar

novas ações que proporcionassem mais conhecimento técnico do negócio e dinamizasse a produtividade.

Conforme a Figura 3, a vista aérea do Centro de Difusão Tecnológica (CDT) mostra a área de atendimento e apoio aos agricultores, familiares dos agricultores e comunidade do entorno do projeto Cinturão Verde.

Figura 3 – Centro de Difusão Tecnológica (CDT)



Fonte: INFRAERO (2011)

Fukuyama (2003) destaca que os resultados não são alcançados simplesmente por um indivíduo, mas pela construção da coletividade. Por isso, a criação do Projeto beneficiou muito os agricultores, tanto na parte de apoio como na construção das parcerias com outras organizações.

No funcionamento do CDT a Prefeitura é parceira; disponibiliza quatro funcionários para o Projeto: um agrônomo, um zelador e dois colaboradores para a preparação das mudas e manuseio do trator. Eles trabalham em período integral para dar total assistência aos agricultores. São responsáveis pela manutenção e inserção de novas técnicas de cultivo e plantio de hortifrútiis.

As estufas utilizadas no Projeto, apresentadas na Figura 3, servem para preparar as mudas que saem prontas para o plantio em bandejas. O agricultor precisa solicitar com antecedência para dar tempo de prepará-las e atender a todos.

As estufas têm como objetivo confeccionar as bandejas, que são direcionadas aos agricultores: *“Eles não têm uma estrutura como essa [...], uma questão de custo, né”*. Segundo o agrônomo: *“eles com um mês de antecedência [...] pede o*

canteiro, aí diz pra gente [...] vai plantar tal coisa, eu quero que vocês consigam pra mim”.

São produzidas as bandejas e preparada a área, mas para isso é preciso mandar um ofício para que todos sejam atendidos. No caso da solicitação de aração da área é necessário um agendamento na Secretaria da Agricultura pelo fato de haver apenas um trator que é compartilhado entre os agricultores. É então designado um dos funcionários do Projeto para a tarefa.

A Figura 4 apresenta as estufas do projeto Cinturão Verde.

Figura 4 – Estufas do Projeto Cinturão Verde



Além do suporte com as bandejas, o Projeto ainda dispõe de uma sala de higienização para os produtos, conforme a Figura 5. Antes de entregar a produção para o PAA ela deve passar por higienização rigorosa, e há uma sala estruturada para isso.

As entregas da produção agrícola destinada ao PAA eram feitas toda terça-feira após passarem pela higienização. Nesse dia os agricultores recolhem toda a produção e levam para o Projeto, para que passe pela sala de higienização e só depois seja destinada ao PAA.

Figura 5 - Sala de higienização do projeto Cinturão Verde



A sala de higienização não está sendo usada pelos agricultores atualmente. Segundo o agrônomo contratado pela Prefeitura para o Projeto: “*uma associação teve algum problema, eles não tão mais funcionando aqui no CDT, eles teve problema com a CONAB em questão de selo de garantia, higienização*”. Alguns agricultores vendiam polpa sem a higienização necessária e por isso foram cortados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O agrônomo relata que: “*houve problemas com alguns produtores, o que eles tavam fazendo, [...] comprando e revendendo e a ideia é o produtor fazer a própria produção*”. Essa situação é contrária ao escopo do PAA, que visa a autoindependência dos agricultores pela comercialização de sua própria produção, de forma a serem inseridos em novos mercados (GRISA *et al.*, 2009).

Por esse fato ficaram suspensas as atividades de higienização e entrega da produção no local, mas está sendo feita uma revitalização no Projeto para voltar a atender os agricultores com as novas regras da INFRAERO.

Uma das novas regras é a licitação com pregão para o acesso às áreas em que os agricultores passam a ser concessionários, e outra é o processo de regularização dos portões, como apresenta a Figura 6, que aponta as áreas dos agricultores que receberam etiquetas de identificação da INFRAERO.

Figura 6 - Área de concessão com etiqueta de identificação



As placas de identificação contêm o nome do concessionário, código da área e metragem por metro quadrado. Com as novas ações da INFRAERO serão retomadas as atividades, como uso da sala de higienização, pesagem e entrega da produção para o PAA.

Toda reorganização do Projeto foi feita a partir do levantamento das necessidades dos agricultores das áreas de concessão, com a finalidade de identificar o que poderia ser melhorado na produtividade, na comercialização e, conseqüentemente, na qualidade de vida desse grupo de pequenos agricultores.

O Projeto oferece, ainda, palestras, aulas práticas e cursos ministrados pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e mantém parcerias com a Prefeitura de Imperatriz, EMBRAPA, SEBRAE, FACIMP, Banco do Nordeste e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Para melhor compreensão de como se dividem as áreas do Projeto, a Figura 6 apresenta o croqui cedido pela INFRAERO, que mostra a linha do muro patrimonial, área agrícola, cerca operacional e áreas indisponíveis. No total são 45 espaços de plantio, mas apenas 35 estão arrendados e funcionando.

4.3 Categoria 2 - Programa de Aquisição de Alimentos

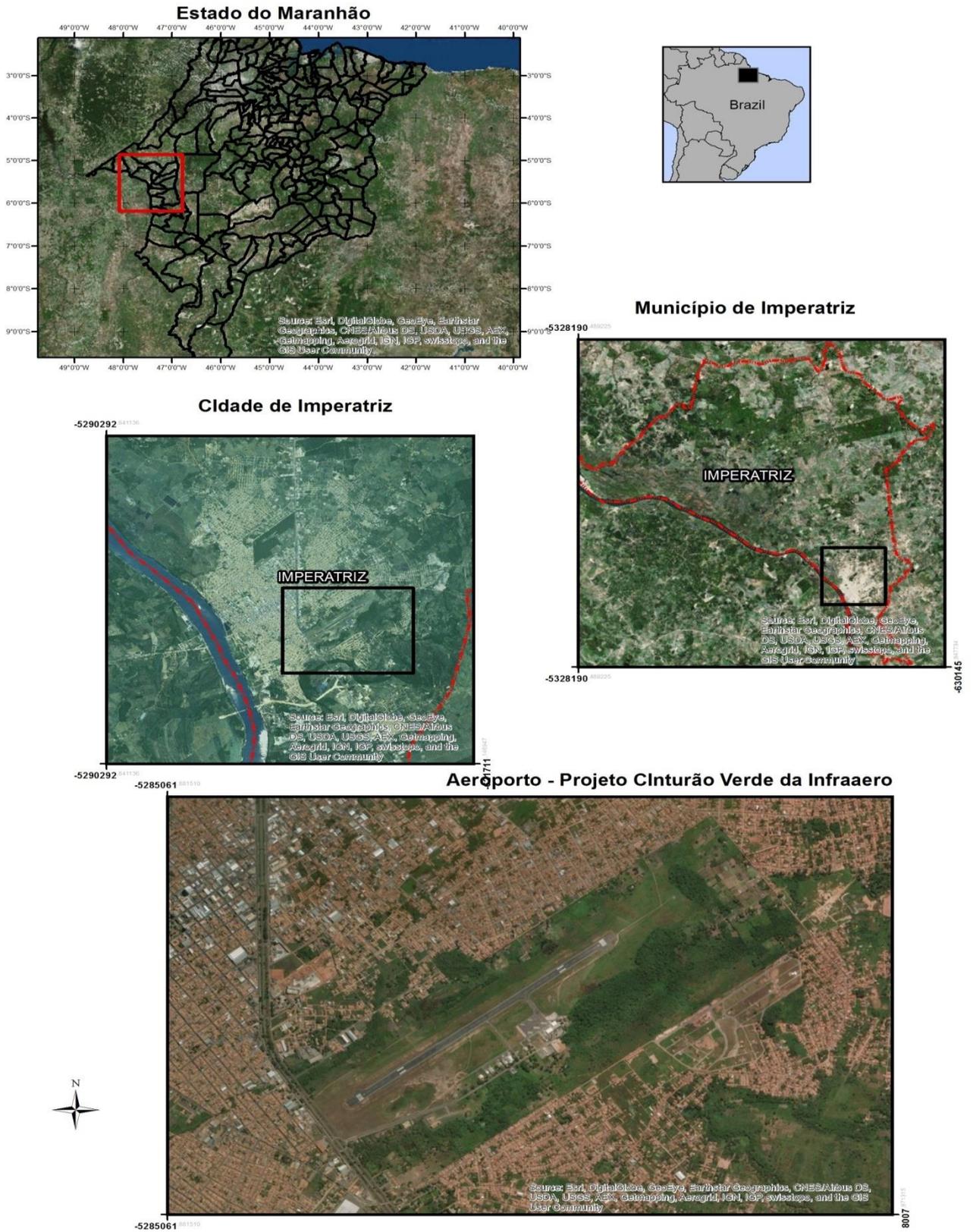
Neste estudo buscou-se identificar como os agricultores tiveram acesso ao PAA. Confirmou-se que o ingresso do agricultor à associação facilitou o ingresso ao Projeto. Não que seja necessário fazer parte de um órgão para se cadastrar, mas há facilidade quanto à informação e organização dos documentos necessários para o ingresso.

Conforme afirma AF10: *“com a associação nós tem mais facilidade para entrar no programa. Antes era só uma sociação do projeto, agora existem outras”*. Dos agricultores entrevistados, todos participam do PAA. Como AF03 cita: *“aqui nós fica sabendo pela associação quando vai ter inscrição pro programa. A Prefeitura avisa nós também”*.

A Prefeitura, por apoiar o Projeto, acaba ajudando os agricultores ao informar sobre o programa PAA, cadastro e prazos. Como cita Delgado, Conceição e Oliveira (2005), o Programa visa à estimulação da produção de alimentos na agricultura familiar, de forma a incentivar a participação na comercialização com apoio simultâneo à aquisição desses alimentos.

A Figura 7 demonstra, no mapa do Brasil, o estado do Maranhão, o município de Imperatriz e a localização do projeto Cinturão Verde na área urbana da cidade.

Figura 7 - Área da cidade de Imperatriz (MA)



Na Figura 7 é possível observar a cidade de Imperatriz do alto e a localização do aeroporto, local onde fica o projeto Cinturão Verde. Além disso, é possível observar sua localização em uma área urbana.

A Figura 8 mostra o aeroporto por meio de um croqui, com a divisão das áreas e do projeto Cinturão Verde.



Figura 8 – Croqui do Projeto Cinturão Verde

Fonte: INFRAERO (2011)

As linhas azuis demarcam os muros patrimoniais do aeroporto; os tracejados amarelos identificam as áreas agrícolas do Projeto; os tracejados vermelhos representam a cerca operacional do aeroporto; e os quadrados vermelhos com contornos brancos são as áreas indisponíveis.

O acesso dos agricultores ao PAA está demonstrado no Quadro 6, assim como as formas de recebimento e de cadastro, além da renda pelo PAA.

Quadro 6 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Agricultor	Acesso ao PAA	Como recebe o pagamento do PAA	Qual órgão procurou para se cadastrar	A renda vem somente do PAA
AF1	Associação	Associação	CONAB	Não
AF2	Associação	Associação	CONAB	Não
AF3	Associação	Associação/Banco	CONAB/Prefeitura	Não
AF4	Sindicato dos Agricultores	Associação	CONAB	Não
AF5	Sindicato dos Agricultores	Banco	Prefeitura	Não
AF6	Sindicato dos Agricultores	Banco	Prefeitura	Não
AF7	Associação	Banco	Prefeitura	Não
AF8	Sindicato dos Agricultores	Associação	CONAB	Não
AF9	Associação	Banco	Prefeitura	Não
AF10	Associação	Banco	Prefeitura	Não

O Quadro 6 aponta que AF03 é o único que participa de dois cadastros, o da CONAB e o da Prefeitura. Em relação ao recebimento dos pagamentos foram identificadas duas formas:

- **cadastro pela Associação:** esse órgão faz o cadastro na CONAB, recebe os pagamentos e os repassa para os agricultores; e
- **cadastro pela Prefeitura:** os agricultores recebem diretamente, com cartão de banco, que passou a vigorar a partir de 2013 (MDS, 2013).

A renda dos agricultores não provém só do PAA. Eles já tinham outras formas de comercialização antes do PAA, que apenas colaborou para que tivessem um aumento de renda e de produção.

Foi perguntado aos agricultores se o pagamento do PAA era suficiente para custear as despesas com a produção e a resposta foi positiva, mas só quando recebem o pagamento: *“Sim. Depende, no caso a gente sustenta aqui mais ca feira, o programa em si demora muito, se a gente for só contar com ele”* (AF05). Essa falha no funcionamento do PAA já era criticada por Muller, Fialho e Schineider (2007).

Os agricultores alegam que se recebessem em dia, não só daria para pagar as despesas, como também para fazer novos investimentos e aumentar a produção. Para AF03, o pagamento *“dá (...) que quando a gente sabe que o projeto foi feito e é liberado para colocar, a gente já tem que investir mais aí quando não tem”*. O atraso dos pagamentos dificulta o desenvolvimento da produção dos agricultores, pois eles não podem contar com o dinheiro regularmente.

Foi perguntado, também, se o dinheiro do PAA era todo gasto na produção. Para AF01 e AF05 é todo investido, mas os demais acabam investindo em outras coisas, como aquisição de bens. Consoante a isso, uma das modalidades de

objetivos e funcionamento do PAA é a de incentivar a produção agrícola, que fica comprometida com o uso dos recursos para outras finalidades (BRASIL, 2011).

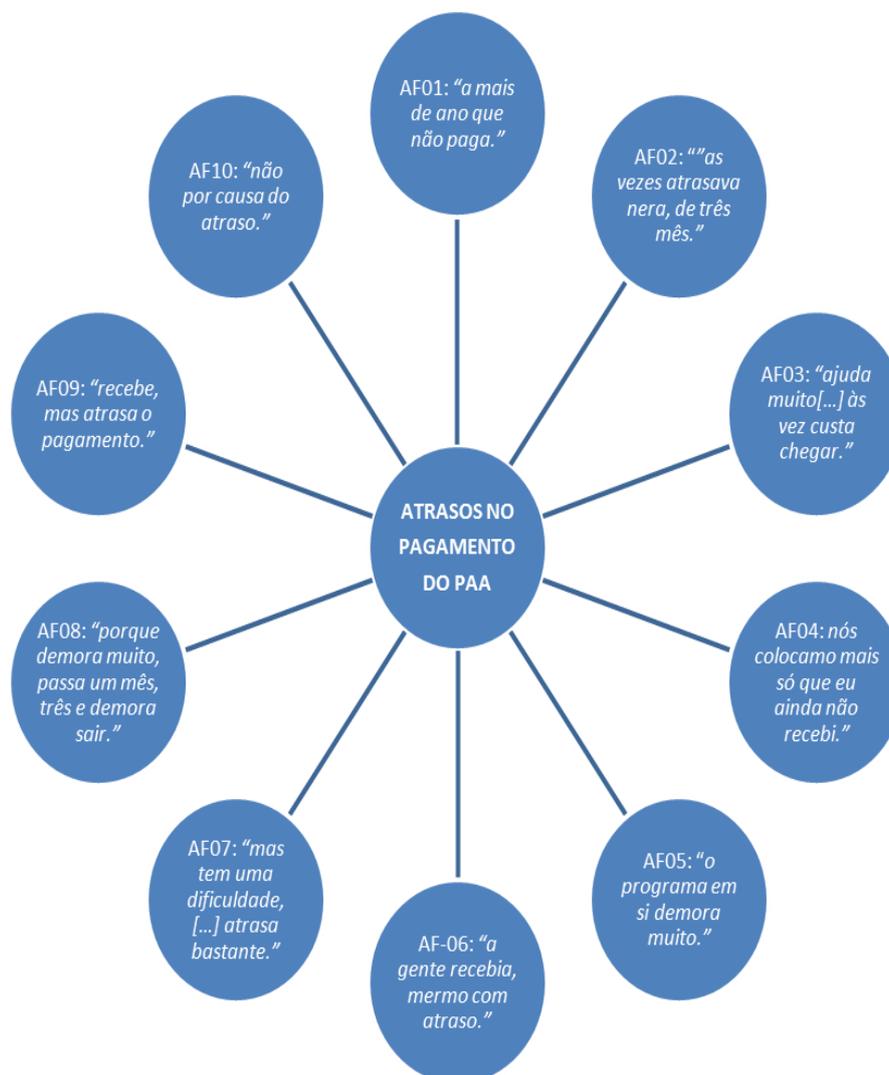
O PAA é administrado pela Secretaria de Segurança Alimentar (SESAN) e uma de suas ações envolve a aquisição da produção da agricultura familiar. Dentro dessa gestão está, também, a ação de distribuição dos alimentos adquiridos pelo Programa, como às populações em situação de insegurança alimentar.

Segundo os agricultores, ainda que não recebam nenhum apoio para a estocagem e armazenamento da produção, o grande problema é a funcionalidade do Programa no que diz respeito à modalidade e formação de estoque para posterior comercialização ou armazenagem, que aqui não se aplica, comprometendo mais uma vez a sua funcionalidade (BRASIL, 2011).

Os agricultores do Projeto em relato nas entrevistas, destacaram que o Programa tem atrasos no pagamento, chegando às vezes ao atraso de mais de dois meses, mas que, mesmo com esses atrasos, eles consideram o Programa bom para o incentivo da produção agrícola, pois, sabem que irão receber.

A Figura 9 traz um dado negativo a respeito do PAA que pode ser identificado na própria fala dos agricultores, conforme pode ser visto nos relatos resumidos dos entrevistados.

Figura 9 – Atraso no pagamento do PAA



De acordo com Grisa *et al.* (2009), essa fragilidade do Programa foi identificada em sua pesquisa de 2009 como um dos maiores problemas para os agricultores. Na nova pesquisa, realizada sete anos depois, esse fato foi identificado novamente.

4.3.1 Desenvolvimento da Produção com a Participação no PAA

Esta subseção tem a intenção de identificar o desenvolvimento da produção dos agricultores participantes do Projeto com a participação no PAA. É possível

verificar, no Quadro 7, o desenvolvimento da produção com o PAA; o aumento e o destino da produção; e a comercialização dos produtos.

Quadro 7 – Desenvolvimento da produção com o PAA

Agricultor	Aumento da produção com o PAA	Produção destinada somente ao PAA	Comercialização da produção	Outra área de produção fora do Programa
AF1	Sim	Não	Restaurante, sacolão e feiras.	Não
AF2	Sim	Não	Venda direta no local.	Não
AF3	Sim	Não	Sacolões e feiras.	Não
AF4	Sim	Não	Para fábrica.	Não
AF5	Sim	Não	Feiras	Não
AF6	Sim	Não	Venda direta no local.	Não
AF7	Sim	Não	Venda no local e nas feiras.	Sim
AF8	Sim	Não	Venda direta no local.	Não
AF9	Sim	Não	Venda direta no local.	Não
AF10	Sim	Não	Feira, restaurantes e creches.	Não

O Programa trouxe um aumento da produção aos agricultores, entretanto o atraso nos pagamentos acaba comprometendo em parte esse desenvolvimento. Com o Programa PAA, todos os agricultores conseguiram aumentar a produção. Isso ocorreu por que eles se sentiram seguros para produzirem mais, por saberem que iriam vender tudo o que haviam plantado sem correr o risco de perderem os produtos.

Conforme relata AF09: *“perque pranta com uma certa garantia pra onde vai vender”*. AF05 confirma: *“Pra mim [...] ficou melhor que a gente vai produzir quantidade maior já sabe pra onde é que vai levar ela”*. Os agricultores confiam no Programa. Embora a demora nos pagamentos não lhes dê estabilidade, confirmam que com exceção desse fato o Programa é de suma importância para o desenvolvimento de suas plantações.

A produção não se destina só ao PAA, porque os produtores não recebem em dia o pagamento do Programa e conseqüentemente não conseguem manter as despesas, como a compra de sementes e adubos necessários para o plantio. Nesse caso a comercialização dos produtos é feita de outra forma, em feiras livres, sacolões e venda direta no local.

Dentre os agricultores, apenas AF07 possui uma propriedade de plantio fora do Programa, onde também se dedica à produção agrícola, “*com o Programa foi bom, que eu consegui comprar até uma terrinha, aí eu tô plantando lá também*”.

Todos têm a pretensão de aumentar sua produção participando do PAA, até por que esse é o único Programa para a agricultura familiar que eles participam. Delgado, Conceição e Oliveira (2005) explicam que para a negociação dos agricultores familiares com o mercado institucional é necessário estimular o aumento da produção de alimentos.

Os autores apontam que o apoio simultâneo à aquisição e comercialização de alimentos produzidos pelos agricultores familiares faz parte do escopo do Programa de aquisição de alimentos, com incentivos à participação nas redes formais de comercialização.

Os produtos cultivados de maior incidência entre os produtos plantados pelos agricultores no Projeto estão expostos na Figura 10 em caixa alta:

Figura 10 – Produtos cultivados pelos agricultores do Projeto Cinturão Verde



A pouca variedade dos produtos se deve a uma exigência da INFRAERO. AF03 fala: “*dão assim uma lista daquelas coisas que a gente pode plantar, um exemplo mamão num pode plantar, coisa que ajunte passarinho*”.

Para manter a segurança do aeroporto, a INFRAERO passa para os agricultores uma lista dos produtos que podem ser plantados, que não atraiam

pássaros. Esse cuidado é por que todas as áreas dos agricultores estão localizadas ao redor do aeroporto, onde o fluxo de tráfego aéreo é intenso.

4.3.2 Melhoria da Qualidade de Vida dos Agricultores com o PAA

Com o Programa PAA os agricultores conseguiram melhoria na qualidade de vida, com aumento do poder aquisitivo e adquiriram bens, como motos e carros. AF03 comprou um carro que facilita a entrega da produção nas feiras, sacolões e restaurantes.

Já AF04 diz: *“esse dinheiro eu ia juntando ele, [...] comprei uma moto. [...] fui juntando, recebi as parcelas, de lá, comprei outra. [...] aí fui juntando comprei mais uma, [...] eu acredito que pra mim foi bom.”* Ele conseguiu três motos com o que arrecadou com os pagamentos do Programa.

Para AF07, com o PAA foi possível realizar um sonho, conforme comenta: *“essa propriedade que eu adquiri eu comprei quase com o dinheiro do Programa”*. Para os agricultores o PAA foi muito bom, apesar de esse ter sido o único incentivo que eles receberam do Governo para a produção agrícola familiar.

O lazer ainda é muito restrito aos agricultores, pois não podem sair das áreas por conta das atividades diárias que precisam realizar. Precisam regar, colher, plantar e atender os clientes que vão pessoalmente ao local para comprar. Apesar de as áreas serem cercadas por muros, eles preferem permanecer na propriedade para impedir furto dos produtos. Dizem que quando saem, pessoas entram e roubam.

Para AF02, o Projeto é bom para os agricultores por que: *“quando surgiu o Projeto, a gente já estava aqui. [...] pra gente é uma forma que eles têm de ajudar as pessoas que necessita, né”*.

Dentre os agricultores entrevistados, três já viviam nas áreas antes do Projeto e nelas permanecem. A INFRAERO não tem intenção de tirá-los de lá, e para isso é preciso que produzam. Até por que a maioria considera o local como moradia fixa, por unir o trabalho e o lar no mesmo lugar, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 – Uma das áreas do projeto Cinturão Verde

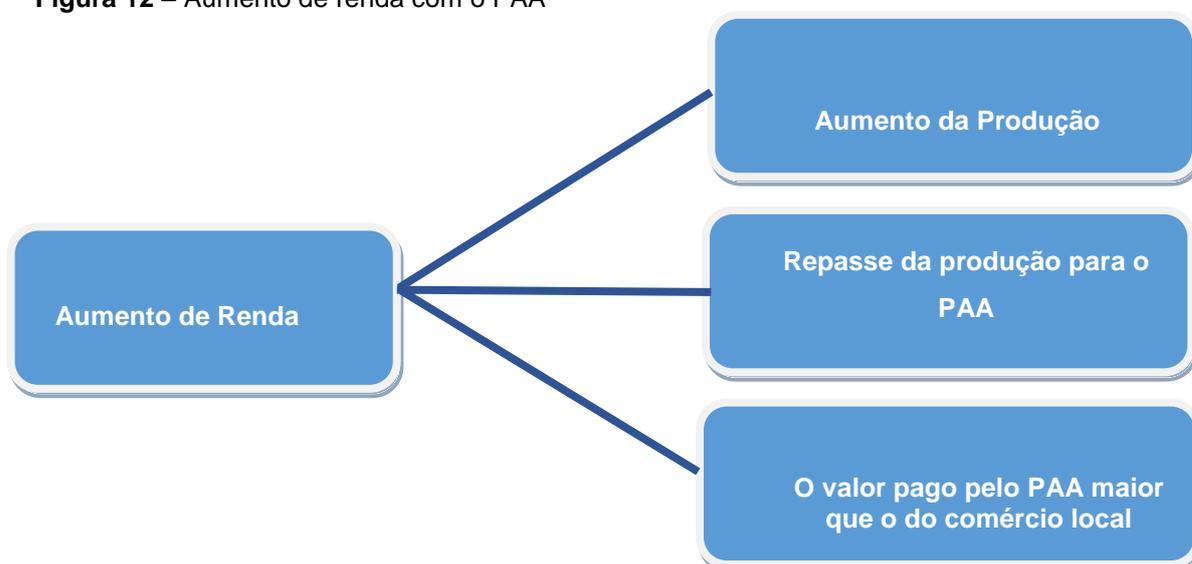


Com exceção de AF06, os demais agricultores residem nas áreas alocadas. Estar no local da produção facilita o trabalho dos agricultores e ajuda, uma vez que não precisam pagar aluguel residencial e utilizam a área para trabalhar e morar.

4.3.3 Aumento de Renda com O PAA

Os agricultores tiveram aumento de renda com o PAA, porque antes do Programa eles só tinham um pequeno número de clientes para aquisição da produção; a partir dele foi possível atender esses clientes e ao PAA, conforme se verifica na Figura 12.

Figura 12 – Aumento de renda com o PAA



Vender os produtos para o PAA deu aos agricultores mais segurança para investirem no aumento da produção, conseqüentemente essa ampliação também teve impacto na renda. Antes produziam para conseguir pagar as despesas do mês, mas com o PAA conseguiram voltar a acreditar na atividade que eles praticam: a agricultura familiar.

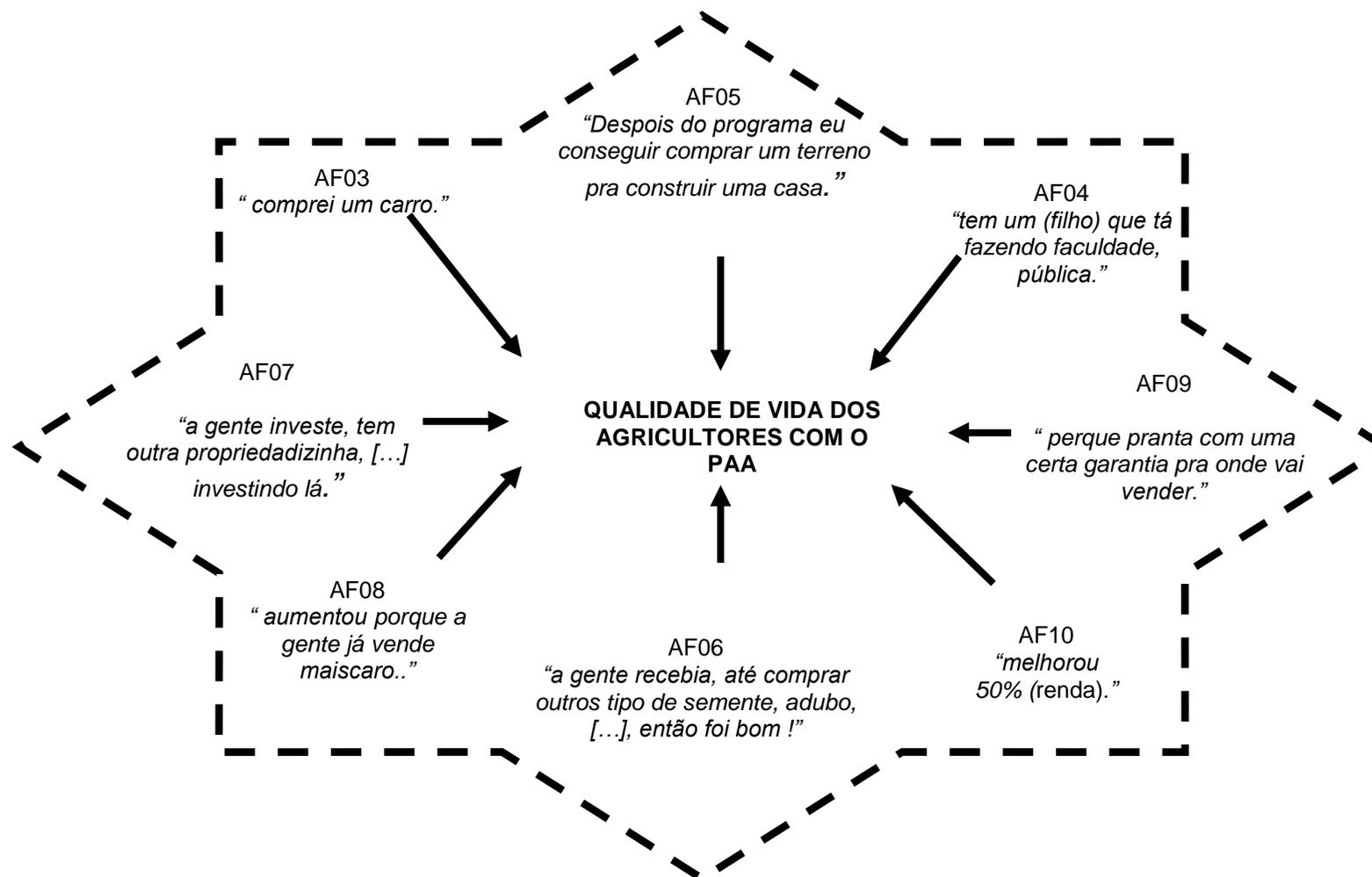
Aumentar a produção só foi possível com o Programa porque os agricultores, mesmo com financiamento para comprar as sementes e insumos, não tinham como garantir a entrega e o pagamento da produção. Antes do Programa os agricultores não aumentavam a produção pela incerteza da venda, porque os produtos são perecíveis e precisam ser vendidos rapidamente.

O PAA, ao comprar os produtos, conseguiu fomentar a agricultura familiar. Incentivou a todos, pelo fato de eles receberem pagamento, mesmo ocorrendo os atrasos. O valor pago pelo PAA é maior que o comercializado na Região, o que motivou os agricultores a produzirem mais para atender ao Programa. Eles não deixaram de atender os clientes anteriores ao PAA: conseguiram atender a ambos e obter qualidade vida com o Programa.

Segundo a Figura 12, os agricultores conquistaram qualidade de vida com o PAA. O incremento na produção e na renda transformou-se na satisfação de suas necessidades nas mais diversificadas áreas, tais como habitação, transporte e educação dos filhos, dentre outras.

Para Oliveira (2003), o desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de modificações e transformações econômicas, políticas, e, sobretudo, humana e social. É o que aponta a Figura 13, a seguir.

Figura 13 - Qualidade de vida dos Agricultores



As falas dos agricultores, expostas na Figura 13, mostram que eles conseguiram obter confiança com a participação no Programa. Sentiram-se estimulados, conseguiram melhoria na qualidade de vida com aquisição de propriedades, bens móveis, terrenos, aumento da produção agrícola e de renda, dentre outros. Além disso, conseguiram contribuir para o desenvolvimento econômico local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou identificar se o programa PAA trouxe qualidade de vida aos agricultores do projeto Cinturão Verde a partir da análise das variáveis que caracterizam esse fato.

Para responder a essa questão realizaram-se, de forma mais específica, algumas ações como: caracterizar o Projeto Cinturão Verde; identificar se o Programa PAA contribuiu para o aumento da produção dos agricultores do Projeto Cinturão Verde; e avaliar se houve melhoria na vida dos agricultores do Projeto com a participação no Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Quando questionados como conheceram o Projeto, todos os agricultores relataram que foi por meio de amigos que já participavam e assim os indicavam, o que de fato facilitou o acesso e adesão, pois os amigos já sabiam como proceder para participar no Projeto.

No que tange à caracterização da funcionalidade do Projeto, a discussão se deu a partir de seis aspectos norteadores: i) rotina do Projeto; ii) o Projeto oferece apoio? iii) recebeu treinamento por parte do Projeto?; iv) os filhos receberam algum tipo de apoio do Projeto?; v) recebeu atendimento médico por meio do Projeto?; e vi) as condições do Projeto são favoráveis à produção agrícola?

A pesquisa evidenciou que todos fazem sua própria rotina, e que o Projeto dá toda a liberdade para os agricultores realizarem suas atividades. Foi feita apenas uma exigência: a plantação não pode atrair pássaros, pois as áreas são limítrofes do aeroporto.

Não foi positiva a constatação de ausência de apoio do Projeto para com os agricultores, o que é preocupante considerando o grande número de tecnologias existentes para o aumento da produção e manejo da terra para sua sustentabilidade.

Em relação ao terceiro aspecto, relataram também que já haviam recebido treinamento antes, logo no início do Projeto, do SEBRAE e do próprio Projeto para o manejo da terra, mas que atualmente não recebem. Um participante relatou ainda que há treinamento para os novos agricultores, porque eles, os veteranos, já sabem.

Foi positivo o relato dos agricultores de que seus filhos e netos fizeram o curso de informática oferecido pelo Projeto, dando a essas pessoas a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho.

Quanto ao atendimento médico, que é o quinto aspecto, responderam que não recebem. Segundo informações, há uma parceria com a Faculdade de Imperatriz (Facimp) e os estudantes de odontologia prestam atendimento aos agricultores, familiares e comunidade circunvizinha.

Seria importante verificar a veracidade dessa informação, ou se houve uma falha, por parte do Projeto, em não comunicar aos agricultores esse tipo de atendimento.

Em relação às condições favoráveis para a produção agrícola, sexto aspecto, de acordo com as respostas dos agricultores as opiniões ficaram divididas: uns responderam que sim e outros que não.

Os participantes compreenderam de fato o significado de condições favoráveis e por isso ocorreu a divisão de opiniões. O Projeto tem o Centro de Difusão Tecnológica (CDT), que oferece apoio tanto para o manuseio da terra como estrutura e máquinas.

De acordo com o relato do agrônomo, para atender os agricultores o CDT oferece uma estrutura com estufas para cultivo das mudas, que são doadas; salas de higienização; de reunião e de informática; além de um trator para arar a terra. Todo esse aparato é para apoiar os agricultores participantes do Projeto.

A partir desses resultados conclui-se que os agricultores criam sua própria rotina de trabalho, já receberam apoio do Projeto no início das atividades, mas não recebem atualmente. Esse dado deixa certa dúvida, pois o Projeto oferece várias formas de apoio, conforme informações do agrônomo responsável.

O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos envolve três aspectos: como se deu o acesso ao programa PAA; critérios para se cadastrar ao PAA; e gestão do PAA.

No primeiro aspecto, acesso ao PAA, identificou-se que para ter acesso o agricultor precisa da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Após o cadastro pode começar a receber o recurso e repassar sua produção ao Programa. Constatou-se que todos os agricultores participam de alguma associação e conseguiram ingressar pela primeira vez por meio delas.

O cadastro pela Associação apresenta uma fragmentação, porque os agricultores recebem o recurso somente por ela. Atualmente alguns deles já possuem o cadastro individual, que é mais fácil, pois recebem diretamente no banco com cartão, o que melhorou a sua vida na hora de receber o recurso.

Em relação ao terceiro aspecto, gestão do PAA, constatou-se que uma queixa de todos refere-se aos atrasos nos pagamentos. Uma fragmentação a ser superada na gestão do Programa. O importante é que todos relataram que o acesso ao Programa ocorreu sem muita burocracia no cadastro e na entrega da produção.

A partir desses dados pode-se considerar que os agricultores receberam o cadastro individual como uma melhoria do Programa, mas sua gestão ainda está fragilizada pelos atrasos recorrentes nos pagamentos.

Para identificar se o Programa (PAA) contribuiu para o aumento da produção dos agricultores do Projeto Cinturão Verde foram considerados dois aspectos: i) o recurso do PAA é todo usado na produção; e ii) desenvolvimento da produção com o PAA.

Quanto ao primeiro aspecto, se o recurso do PAA é todo usado na produção, a maioria respondeu que não, porque com o atraso do pagamento é preciso usar recursos próprios para não deixar de produzir. Uma parte é utilizada para produzir, pela necessidade de aumentar a produção para atender à demanda do comércio local e ao Programa.

No segundo aspecto, desenvolvimento da produção com o PAA, todos responderam que conseguiram aumentar a produtividade. Mesmo com o atraso dos recursos se sentem seguros, sabendo que os produtos já têm destino certo.

Os agricultores foram questionados se houve melhoria na qualidade de vida com a participação no Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e foram citados dois aspectos: i) realização de um sonho com o recurso do PAA; e ii) aquisição de bens por meio do PAA.

Em relação ao primeiro aspecto, realização de um sonho com o recurso do PAA, alguns responderam que a melhor educação para os filhos só foi possível com o Programa.

Uma agricultora conseguiu ensino superior para os filhos, e outra está com um filho na faculdade. Para ambas é um sonho ver os filhos formados, porque acreditam que o estudo dará aos filhos uma vida melhor.

Quanto ao segundo aspecto, aquisição de bens por meio do PAA, todos os agricultores responderam que adquiriram algum tipo de bem, como moto, carro, novas áreas de plantação fora do Projeto e aquisição de terreno para a construção da casa própria.

O poder aquisitivo dos agricultores, portanto, melhorou, e conseqüentemente a sua qualidade de vida, por poder ofertar melhor educação aos filhos e adquirir bens que suprem suas necessidades.

Para responder ao último quesito, avaliar se a participação dos agricultores do projeto Cinturão Verde no Programa PAA promoveu aumento de renda, consideraram-se três aspectos: i) a renda é a mesma de antes do PAA; ii) o PAA ajudou a aumentar a renda; c) com o PAA conquistaram-se novos clientes.

No primeiro aspecto, se a renda é igual à anterior ao PAA, por unanimidade os entrevistados responderam que não. Aumentou, porque agregaram à renda obtida com o Programa aquela que tinham com a comercialização da produção no comércio local. Essa é uma das diretrizes do PAA: aumentar a renda dos agricultores com a produção agrícola.

No segundo aspecto, se o PAA ajudou a aumentar a renda, os agricultores responderam que sim, fato positivo para o Programa, que trouxe aumento de renda para o grupo de agricultores familiares.

Quanto ao terceiro aspecto, se com o PAA os agricultores conquistaram novos clientes, declaram que não, que só produziam para atender ao Programa e aos clientes que já tinham. Acrescentaram que não ambicionavam aumentar a produção e assim crescer sua carteira de clientes, mas manter os já conquistados e o Programa.

No que tange ao Programa, que visa fomentar a agricultura familiar e inserir os agricultores familiares no mercado, esse grupo, em especial, gerou uma fragmentação no PAA por não conquistar novos clientes quando recebia incentivos para o aumento da produção.

Com esses resultados evidencia-se que os agricultores receberam os recursos do Programa para aumento de renda e não como fomento da produção agrícola para ampliação no mercado.

Atendidos os objetivos deste estudo, que constatou que o Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para a qualidade de vida dos agricultores do projeto Cinturão Verde, constatou-se, também, que os dados coletados apontaram a fragmentação da gestão do Programa, como atraso no repasse dos recursos e ausência de acompanhamento na aplicação dos recursos.

É importante a realização de novos estudos no projeto Cinturão Verde com foco na produção agrícola familiar e nas políticas de incentivo a ela. Aprofundar

pesquisas referentes à fragmentação, implicações e prejuízos para o desenvolvimento da agricultura familiar nesse Projeto.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IMPERATRIZ (ACII). **Perfil Imperatriz/Maranhão: socioeconômica, história, geografia, demografia e gestão empresarial**. Imperatriz: ACII, 2011.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ANDRADE, J. G. **Administração e comunicação rural**. Lavras: UFLA, 1997.
- ARAUJO, P. F. C.; SCHUH, E. G. **Desenvolvimento da agricultura**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- ARAÚJO, T. B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. *In: Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun.1999.
- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. *In: Saúde e Sociedade*, v.12, n.1, p. 12-20, jan-jun. 2003.
- BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional: 2012/2015**. Brasília: Caisan, 2011.
- _____. **Lei n. 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Dispõe sobre as ações de transferência de renda com condicionalidades. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- _____. **Lei n. 11.346 de 15 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 jan. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- _____. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Dispõe sobre os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jul. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. **Lei nº. 11.346/2006 Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. 2007. Cartilha Consea. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Consea/3Static/Documentos/Cartilha_CONSEA-2007_NOVO.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.

_____. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A força da Agricultura 1860 - 2010.** Brasília: MAPA, 2010.

BONNAL, P.; CAZZELA, A. A.; MALUF, R. S. **Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques.** *In:* Estudo Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, n. 02, p.185-227, abr. 2008. Disponível em: <r1.ufrj.br/cpda/ideas/.../IDeAS-v03_n02-Artigo_FELIPE_GAVIOLI.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. R. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção.** 2000. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da Agricultura.** XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p.1-16.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980.** 2011. Texto para Discussão. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3106&tp=a>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNIELLO, M. F.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. **Estudos de gestão e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2010.

CAVALCANTI, C. (Org.) *et. al.* **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional.** 2004. Olinda: Mds, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/ii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-1>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional.** Brasília: Consea, 2007. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/Consea/3conferencia/.../Documento_Final.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013.

DALLABRIDA, V. R. **A dimensão intangível do desenvolvimento**: algumas reflexões preliminares. *In*: BAQUEIRO, M.; CREMONESE, D. Capital social: teoria e prática. UNIJUÍ: Ijuí, 2006.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. 2005. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná**. *In*: Sociedade e Desenvolvimento Rural. Brasília, v. 1, n. 1, 2007. 28p. Disponível em: <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

FRANKLIN, A. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

FUKUYAMA, F. **Capital social y desarrollo**: la agenda venidera. *In*: ATRIA, R. SILES, M. (comp.). Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y Caribe: en búsqueda de un nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

GRISA, C; *et al.* **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva**: Apontamentos e Questões para o Debate. UFFRJ/CPDA, 2009. 24p. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABROPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Argos Editora Universitária: Chapecó, 2005.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=210530&search=Maranh%C3%A3o|Imperatriz>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) **Food and Agriculture Organization (FAO)**. 2000. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade>>. Acesso em: 28 set. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO). **Projetos sociais**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/maranhão/>>. 2011. Acesso em 28 dez. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada**: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais. 5 livro, vol. 2. Brasília: Ipea, 2010.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. **Gestão pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUF, R. S. J. **Consumo de alimentos no Brasil**: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

_____. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura**: aspectos analíticos e questões de pesquisa. *In*: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (orgs.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MARCATTO, C. **Agricultura sustentável**. Cartilha, 1996. Disponível em: <<http://redeambiente.org.br>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, M. A. **Políticas públicas**: consciência política. 2013. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

MENEZES, F. **Sustentabilidade alimentar**: uma nova bandeira? *In*: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A.(org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998, p. 287-312.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **A força da Agricultura 1860 – 2010**. Brasília-DF: MAPA, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Evolução do Pronaf**. Disponível em:<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

MULLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. **A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul**. *In*: BOTELHO, F. B. F. Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de conteúdo temático-categorial**: uma proposta de sistematização. *In*: Rev. Enferm. Out/dez 2008, 16(4): 569-576. Rio de Janeiro: UERJ.

OLIVEIRA, G. B. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba:FAE, v. 6, n. 2, p. 29-37. mai-dez./2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Segurança alimentar e nutricional**. 2009. Disponível em: <<https://www.fao.org.br>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

POUBEL, R.O. **Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade**: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar. 2006. 142 f.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. **Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar**. *In*: RBGDR, Taubaté, SP, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr./2009.

ROSSATO, J.; LOZANO, M. S. P. L.; BELLEN, H. M. V. **XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/ RJ – 25 a 29 de setembro de 2010.

RODRIGUES, R. F. A. **Programa Fome Zero**: continuidades e mudanças no espaço rural sergipano. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiro, BANESE, 2007. 137p.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e mudanças climáticas. *In*: Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis. 2009.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Coletânea V. 2 / Organizadores: Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi. Brasília: ENAP, 2006.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. *In*: Revista de Economia Política, São Paulo, v. 20, n. 3(119), p. 511-531, jul-set./2010.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-31, 2011.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul-dez./2006.

UPHOFF, N. **Understanding social capital**: learning from the analysis and experience of participation. *In*: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. Social Capital. A multifaceted perspective, Washington, The International Bank for Reconstruction and Development/The WORLD BANK, 2000. p. 215-253.

VEIGA, E. **Terceira geração do desenvolvimento rural**. *In*: Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 7 nov. 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada por Adriana Queiroz do Amaral, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação, orientada e supervisionada pelo professor Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação neste projeto não acarretará em quaisquer danos. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida pelo aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA:PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PROJETO CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA)

OBJETIVO: Verificar se o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para o desenvolvimento dos agricultores do Projeto Cinturão Verde.

PROCEDIMENTO: realização de entrevistas aos agricultores e ao agrônomo do projeto.

SUA PARTICIPAÇÃO: responder à entrevista.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para mês de março de 2015, uma dissertação contendo todos os dados e conclusões estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo *online* da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que em muito contribuiu para a construção do conhecimento atual na área.

Imperatriz, 20 de abril de 2015.

Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
RG 22.144.233 Tel: (12) 997134829
e-mail: edsonaaqo@gmail.com

Aluna Adriana Queiroz do Amaral
RG 1. 607.288 Tel: (99) 99159-2547
e-mail: adriana.queirozz@hotmail.com

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu, Rozineide Munis Pinheiro, portadora do RG nº 728511 órgão expedidor SESEG/AM, representante legal da INFRAERO em Imperatriz (MA), autorizo a aplicação desta pesquisa no Projeto Social Cinturão Verde.

Imperatriz, 21 de novembro de 2014.

Rozineide Munis Pinheiro
Representante da INFRAERO de
Imperatriz/MA

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada por Adriana Queiroz do Amaral, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação, orientada e supervisionada pelo professor Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da monografia ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que desejar poderá ser fornecida junto ao aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA:PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PROJETO CINTURÃO VERDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ (MA) sem ponto final

OBJETIVO: verificar se o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para o desenvolvimento dos agricultores do Projeto Cinturão Verde.

PROCEDIMENTO: realização de entrevistas com agricultores e agrônomo do Projeto.

SUA PARTICIPAÇÃO: responder à entrevista.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para mês de março de 2015, uma dissertação contendo todos os dados e conclusões estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté. O nome da Instituição não será revelado no documento final.

O/A Sr (a) terá a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradecemos sua participação, enfatizando que muito contribuiu para a construção do conhecimento atual na área.

Imperatriz, 20 de abril de 2015.

Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
RG 22.144.233 Tel: (12) 997134829
e-mail: edsonaaqo@gmail.com

Aluna Adriana Queiroz do Amaral
RG 1. 607.288 Tel: (99) 99159-2547
e-mail: adriana.queirozz@hotmail.com

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu _____
_____ portador do RG nº _____ autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos.

Imperatriz, 20 de abril de 2015

Assinatura

ANEXO C – MODALIDADES DE PARCERIAS ENTRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Quadro - Modalidades de Parcerias entre o Programa de Aquisição de Alimentos e a Agricultura Familiar

MODALIDADES - OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO	
Compra Direta da Agricultura Familiar	A modalidade permite a aquisição de pauta específica de produtos (arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo), para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques. Desenvolvida com recursos do MDA e MDS e executada pela CONAB por meio de termos de cooperação, a modalidade permite o atendimento de agricultores organizados ou não com limite de aquisição de R\$ 8.000/AF por ano.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	A modalidade foi criada para propiciar aos agricultores familiares instrumento de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor à produção. A modalidade disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares sócios/filiados, beneficie e forme estoque de produtos para serem posteriormente comercializados ou distribuídos para populações em situação de insegurança alimentar. Em princípio, qualquer alimento que possa ser armazenado pode ser atendido pela modalidade. Desenvolvida com recursos do MDA e MDS e executada pela CONAB, a modalidade atende exclusivamente agricultores familiares organizados em Associações ou Cooperativas, com um limite de aquisição de até R\$ 8.000/AF por ano.
Compra Direta Local com Doação Simultânea	A modalidade propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e sua pronta disponibilização para doação a entidades da rede de promoção e proteção social, assumindo importante papel na promoção da segurança alimentar do público por estar atendido. A modalidade permite o enriquecimento dos cardápios das entidades socioassistenciais, com a disponibilização de diversos tipos de produtos incluindo, hortaliças, frutas, carnes, ovos, pescados, leite e derivados, panificados, entre outros. Desenvolvida com recursos do MDS é executada por meio do termo de cooperação MDS-CONAB e por convênios celebrados com Estados, Distrito Federal e Municípios, pode atender a agricultores familiares diretamente ou por meio de suas organizações, com limite de até R\$ 4.5000/AF, por ano.
Incentivo à Produção e ao consumo de leite	A modalidade foi criada para contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. A modalidade é executada no território de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O alimento adquirido (leite de cabra ou de vaca) é pasteurizado em laticínios cadastrados e, posteriormente, transportado para os pontos de distribuição às famílias. Desenvolvida com recursos do MDS por convênios com os estados do Nordeste e Minas Gerais. Por meio dessa modalidade são atendidos agricultores, organizados ou não, até o limite de R\$4.000/AF, por semestre.

Fonte: DECOM/SESAN (2011)

ANEXO D – DIRETIVAS REALIZADAS PELO PRONAF PARA ENALTECER A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

- Estabelecer compromissos negociados, com objetivo de obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- viabilizar a produção e a industrialização de produtos gerados na agricultura familiar, assim como sua comercialização mediante o acesso ao crédito,
- pesquisas, novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural e profissionalização, dentre outros fatores;
- possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infraestrutura produtiva e social no meio rural;
- agilizar os processos de trabalho, para que os benefícios do Programa sejam apropriados rapidamente pelos agricultores familiares e suas organizações;
- buscar a participação dos agricultores familiares e suas organizações em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do Programa;
- para o desenvolvimento das ações previstas busca-se promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado; e
- estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas ações de educação, formação, pesquisa, produção, entre outras, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO

Núcleo familiar

1. Entrevistado: Gênero () Masculino () Feminino
2. Há quanto tempo atua como agricultor?
3. Quantas pessoas trabalham com você?
4. Quantos membros da família trabalham com você?
5. Qual o grau de parentesco?
6. Quantos membros da família exercem outra atividade remunerada?
7. Quais os motivos que levaram os outros a não trabalharem com você?

Renda

8. O dinheiro que ganham é suficiente para se manterem durante o mês?
9. Qual o rendimento, em média, obtido pela família?
10. Vocês recebem algum tipo de ajuda?
11. Quem ajuda?
12. Que tipo de ajuda é essa?

Atividade social

13. Você participa de alguma atividade social?
14. Qual atividade é essa? (Associação, igreja, ONG...)
15. Como você participa?
16. Com que frequência?

Filhos na escola

17. Seus filhos frequentam a escola regularmente?
18. Eles conseguem manter assiduidade?
19. Quando faltam, qual o motivo?
20. Quanto ao rendimento escolar, eles conseguem manter uma rotina de estudos?

2 PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

21. Como ocorreu o seu ingresso no Projeto?
22. Você encontrou dificuldades para conseguir participar?
23. Há quanto tempo faz parte do projeto?
24. Qual a sua área de plantio no projeto?
25. Você paga por ela?
26. Quanto paga por mês?
27. Como funciona a rotina no projeto?
28. O projeto oferece apoio para você? (Máquinas, estruturas, outros...)
29. Já recebeu algum tipo de treinamento pelo projeto?
30. Seus filhos recebem algum tipo de auxílio do projeto? (Cursos, assistência médica, outros)
31. As condições do projeto são favoráveis para a produção agrícola?

3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

32. Como teve acesso ao programa PAA?
33. Qual órgão procurou para se cadastrar?
34. Você considera difícil o acesso ao PAA?
35. Você já participou de outros projetos de agricultura familiar?
36. Como você recebe o pagamento do PAA?

37. É filiado(a) a algum órgão para receber o pagamento do PAA?

38. A sua renda é toda do PAA?

39. O pagamento pelo Programa dá para custear as despesas da produção?

40. O dinheiro do PAA é todo gasto na sua produção agrícola?

41. Você recebe algum apoio do PAA para armazenamento/estoque de sua produção?

4 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO COM PAA

42. Você percebeu alguma mudança de desenvolvimento da sua produção após participar do PAA?

43. Toda a sua produção agrícola é destinada ao PAA?

44. Sua produção é comercializada de outra forma?

45. Quais os produtos cultivados no Projeto?

46. Qual o tamanho de sua área plantada antes do PAA?

47. Após sua adesão ao PAA aumentou o tamanho da sua área de produção?

48. O que melhorou com a sua adesão ao PAA na sua produção agrícola?

49. Você tem outro tipo de incentivo para a sua produção agrícola?

50. Antes do Programa, como comercializava sua produção?

51. Considera que o PAA melhorou sua produção?

52. Gostaria de aumentar sua produção?

53. Você tem outra área de produção agrícola, fora do Projeto?

5 MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA COM O PAA

54. Com a sua participação no PAA você conseguiu pagar algo que antes não era possível? (Educação dos filhos, curso de capacitação na área agrícola)

55. Com que frequência você sai com sua família para viajar?

56. Você pratica alguma atividade de lazer com sua família com o que ganha do Programa?

57. Conseguiu comprar algum produto novo nos últimos meses?

58. Com a sua participação no PAA, considera sua vida estável?

59. Como considera sua vida hoje? (Boa ou ruim, por que?)

6. AUMENTO DE RENDA COM O PAA

60. Antes do PAA qual era sua renda mensal? (Mais ou menos)

61. Repassar sua produção para o PAA ajudou a aumentar sua renda?

62. Depois do PAA conseguiu novos clientes?

63. Atualmente qual é a sua renda? (Mais ou menos)